

REVISTA PORTUGUESA DE FILOLOGIA

Comissão de Redacção: Ana Cristina Macário Lopes
Clarinda de Azevedo Maia
Graça Maria Rio-Torto
Jorge Manuel Morais Barbosa
Maria José de Moura Santos

Secretária de Redacção: Clarinda de Azevedo Maia

Correspondência: Toda a correspondência relativa à Redacção (assim como a remessa de livros) deve ser endereçada à

“Revista Portuguesa de Filologia”
Instituto de Língua e Literatura Portuguesas
Faculdade de Letras — 3049 COIMBRA Codex (Portugal)

Assinaturas: Os pedidos de assinaturas, de separatas e suplementos devem ser apresentados directamente à livraria depositária:

LIVRARIA MINERVA — Rua dos Gatos, 10 — Apartado 1002
3000 Coimbra - Portugal — Tel. (039)26259 — Fax (039)724117

(Assinatura por volume: 3 950\$00)

O volume X da “Revista Portuguesa de Filologia” publica o seguinte artigo, do qual há separata:

SILVEIRA, Joaquim da — *A nossa toponímia e o censo da população*, 1960, 69 p. 1.000\$00

O volume XI da “Revista Portuguesa de Filologia” publica o seguinte artigo do qual há separata:

MORUJO, Maria de Lourdes de A. L. Ventura — *Designações para ‘remuneração de trabalho’ em português*, 1962, 83 p. 2.500\$00

O volume XIII, tomos I e II da “Revista Portuguesa de Filologia”, aparecido em 1967, publica o seguinte artigo, do qual há separata:

KRÖLL, Heinz — *Aditamentos às “Designações portuguesas para a embriaguez”*, 1964, 66 p. 500\$00

→ →

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESAS

CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA MARTINS

BILINGUISMO E MANIFESTAÇÕES VERBAIS BILINGUES. UMA BREVE SINOPSE TEÓRICA

Separata da
REVISTA PORTUGUESA DE FILOLOGIA
Vol. XXI



COIMBRA
1997

BILINGUÍSMO
E MANIFESTAÇÕES VERBAIS BILINGUES.
UMA BREVE SINOPSE TEÓRICA (1)

0. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

«Bilingualism is present in practically every country of the world, in all classes of society, and in all age groups. In fact it is difficult to find a society that is genuinely monolingual» (2).

«Independentemente da delimitação de fronteiras políticas e de nacionalidades, a maioria dos países do mundo é bilingue ou multilingue e não monolingué; tal significa que raras são as comunidades que partilham uma única língua sem que outras coexistam no mesmo espaço geopolítico» (3).

Ao iniciarmos o processo de aproximação científica aos fenómenos verbais tipicamente bilingues que, neste trabalho, nos propomos abordar numa perspectiva teórica, a saber, a *interferência linguística*, a *escolha de línguas* e a *alternância de códigos*, houve, desde logo, uma interrogação que se nos impôs.

(1) A reflexão agora apresentada sobre o bilinguismo e as suas manifestações verbais mais típicas encontra-se mais detalhadamente desenvolvida na nossa dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa intitulada *Estudo sociolinguístico do mirandês. Padrões de alternância de códigos e escolha de línguas numa comunidade trilingue*. Dissertação inédita apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.

(2) In: FRANÇOIS GROSJEAN, *Life with Two Languages. An Introduction to Bilingualism*. Cambridge (Harvard University Press), 1982, p. 1.

(3) In: MARIA ANTÓNIA COELHO DA MOTA, *Línguas em contacto*. In: *Introdução à Linguística geral e portuguesa*. Organização de ISABEL HUB FÁRIA, EMÍLIA RIBEIRO PEDRO, INÊS DUARTE e CARLOS A. M. GOUVEIA, Lisboa (Ed. Caminho), 1996, p. 508.

Assim, e depois de nos termos deparado, em múltiplas obras especializadas, com afirmações do teor das que, de forma representativa, escolhemos como mote para a presente introdução, começámos por nos questionar sobre as motivações que conduzem os estudiosos à necessidade de reiterar, até à saciedade, que o bilinguismo e o contacto de línguas, longe de constituírem excepções na actividade verbal humana, são, antes, a regra de comportamento linguístico mais geral e mais expressiva no mundo. Se tal estado de coisas é, efectivamente, indesmentível, passível de ser apoiado em observações empíricas e em dados estatísticos, porquê, interrogámo-nos, esta permanente necessidade de afirmar, não só perante leigos, como até perante especialistas em estudos linguísticos, que assim é?

Ora, pensamos que para a recorrência observável de afirmações desta índole existem duas explicações fundamentais e interdependentes: uma radica na própria evolução do pensamento linguístico contemporâneo, a outra na forma como os estudiosos foram, ao longo de décadas, manuseando o (desde já o afirmamos) difícil conceito de "bilinguismo".

Com efeito, e em primeiro lugar, é preciso realçar que a constatação reflectida nos excertos em epígrafe é um claro resultado do desenvolvimento teórico verificado na Linguística, ciência que, como sabemos, se consolidou e consagrou graças ao desenvolvimento de correntes de investigação assentes em abordagens predominantemente monolingues e que só recentemente tem ao seu dispor aparelhos teóricos suficientemente abrangentes para contemplar as plurifacetadas vertentes do bilinguismo. Julgamos, pois, oportuno, num trabalho dedicado ao tratamento teórico de importantes fenómenos verbais bilingues, explorar como as principais correntes linguísticas deste século têm vindo a interpretar e a integrar a vasta problemática do bilinguismo. Veremos como a diversidade teórico-metodológica da Linguística moderna tem contribuído para realçar a complexidade do comportamento bilingue e de que forma só essa pluralidade de visões nos pode possibilitar o seu conhecimento mais aturado (1).

(1) Dado o carácter complexo e tentacular do bilinguismo, é necessário ressaltar que o seu estudo não se poderá esgotar no quadro restrito da

Em segundo lugar, e como já deixámos antever, consideramos que se torna inevitável, nesta visão sinóptica a que nos propomos, passar em revista o próprio conceito de bilinguismo. Visto que se trata de um termo que, mesmo no âmbito restrito da comunidade de investigadores ocupada com esta problemática, não conhece utilizações sempre inteiramente equivalentes, torna-se necessário definir quais os requisitos que presidem à condição de ser-se bilingue, distinguindo, eventualmente, diversos tipos e matizes de bilinguismo. Hoje, o fenómeno bilingue já dispõe de tipologias e de categorizações passíveis de dar conta da sua enorme complexidade e diversidade. Veremos, contudo, que épocas houve em que o bilinguismo foi perspectivado, idílico e irrealisticamente, como uma manifestação de domínio exemplar de dois (ou mais) idiomas por parte de um falante. Pensamos, aliás, que terá sido tal rigidez conceptual uma das causas para o alheamento, por parte dos linguistas, em relação às manifestações bilingues. Afinal, só a flexibilização teórica do próprio conceito permitiu à comunidade científica a possibilidade de identificar como óbvias e efectivas expressões de bilinguismo a esmagadora maioria das situações linguísticas verificáveis no mundo.

Ora, dada a premência da precisão conceptual a que acabámos de nos referir para um fluente desenvolvimento do presente trabalho, optámos por iniciar o conjunto das nossas reflexões teóricas, levando a cabo, exactamente, esta última tarefa.

ciência linguística. Desta evidência, de resto, cedo se tomou consciência, sendo hoje consensual, entre os que investigam o fenómeno, que só por meio de estudos interdisciplinares se avançará na compreensão das suas multifacetadas expressões. Esta intuição já a tivera Uriel Weinreich, no início da década de cinquenta, quando afirmou: «the precise effect of bilingualism on a person's speech varies with a great many other factors, some of which might be called extra-linguistic because they lie beyond the structural differences of the languages (...). A full account of interference in a language-contact situation (...) is possible only if the extra-linguistic factors are considered». In: *Languages in Contact. Findings and Problems*. 6.ª edição. Paris (Mouton), 1968, p. 3.

1. O CONCEITO DE BILINGUISMO

Partindo de uma noção abrangente do conceito de bilinguismo, que pode ser concretizada através da conhecida formulação de Uriel Weinreich, «the practice of alternately using two languages will be called bilingualism, and the persons involved, bilinguals» (1), muitos estudiosos desta temática têm desenvolvido reflexões, nem sempre completamente coincidentes, que vão no sentido de uma especificação de tal definição. Assim, enquanto poucos rejeitarão a validade e a justeza da concepção lata de Uriel Weinreich, nem todos estarão de acordo quanto aos requisitos necessários para que se possa considerar este ou aquele falante, conhecedor de mais de um idioma, um efectivo bilingue.

Com a finalidade de especificar o âmbito conceptual do termo, os investigadores têm-se socorrido de um critério fundamental: o grau de proficiência do falante em relação a cada um dos idiomas conhecidos (2). Nesta medida, as concepções que têm sido propostas, vistas no seu conjunto, formam um *continuum* em que numa das extremidades encontramos uma visão absoluta, exigente e restritiva do fenómeno e, na outra, uma visão bastante “permissiva” que admite como requisito mínimo para a condição de bilingue a simples capacidade de o falante compreender mais do que um idioma ainda que não demonstre capacidade efectiva para os actualizar.

Defendendo uma noção restritiva de bilinguismo, apontamos L. Bloomfield, que define o fenómeno nos seguintes termos: «in the cases where (...) perfect foreign-language learning is not

(1) URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 1.

(2) O uso deste critério pressupõe a *possibilidade de medição* da proficiência linguística dos falantes bilingues. Com a finalidade de se proceder a essa medição, foram desenvolvidos, sobretudo nas décadas de cinquenta e sessenta, por investigadores como W. Lambert, W. Mackey e J. Macnamara, numerosos tipos de testes, cuja validade, contudo, nem sempre tem sido reconhecida de forma unânime. Para uma visão mais completa desta problemática, veja-se, por exemplo, JOHN MACNAMARA, *The Bilingual's Linguistic Performance — A Psychological Overview*. In: *The Journal of Social Issues*, vol. XXIII, n.º 2, 1967, p. 58-77.

accompanied by the loss of the native language, it results in *bilingualism*, native-like control of two languages» (1). Nesta acepção, para que um indivíduo possa ser considerado bilingue, a sua locução, em qualquer uma das línguas dominadas, não deverá distanciar-se da produção verbal “normal” dos respectivos monolíngues. Supondo que tais casos de bilinguismo existem (2), compreende-se, no entanto, facilmente, em que medida eles constituirão uma ínfima parcela de todas aquelas situações em que há, nos falantes, co-presença de sistemas linguísticos. Aliás, o próprio L. Bloomfield não nega a existência destas outras situações de contacto de línguas, chegando, inclusive, a inventariá-las de forma sucinta; o que não admite, contudo, é que elas possam ser classificadas como casos de bilinguismo. Julgamos nós, em consonância com a opinião de outros investigadores, que uma tal limitação do objecto passível de observação neste campo de estudos, restringido apenas aos casos de bilinguismo “perfeito” (3),

(1) In: LEONARD BLOOMFIELD, *Language*. London (George Allen & Unwin Ltd.), 1933, p. 55-56.

(2) Alguns contestam, de facto, a possibilidade de tal tipo de bilinguismo. Veja-se, a título de exemplo, a opinião de Suzanne Romaine: «the search for the true balanced bilingual depicted in some of the literature on bilingualism is elusive. The notion of balanced bilingualism is an ideal one, which is largely an artefact of a theoretical perspective which takes the monolingual as its point of reference». In: *Bilingualism*. Oxford (Blackwell), 1989, p. 18.

(3) Outros termos, encontrados na literatura científica, que traduzem muitas vezes a noção de “bilinguismo perfeito” são, por exemplo, “equilíbrio bilinguismo” ou “bilinguismo equilibrado”. Vd. EINAR HAUGEN, *Bilingualism, Language Contact, and Immigrant Languages in the United States: a Research Report 1956-1970*. In: *Current Trends in Linguistics*. Edited by THOMAS A. SEBEEK, vol. 10. Paris (Mouton), 1973, p. 508. Josiane F. Hamers e Michel H. A. Blanc, no entanto, chamam-nos a atenção para a imprecisão que consideram existir na equivalência entre as noções de “bilinguismo perfeito” e “bilinguismo equilibrado”. Nesta medida, afirmam que «balanced bilinguality should not be confused with a very high degree of competence in the two languages; it is rather a question of a state of equilibrium reached by the levels of competence attained in the two languages (...). Equivalent competence should not be equated with the ability to use both languages for all domains and functions of language». In: *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge (Cambridge University Press), 1990, p. 8.

acarreta consigo o risco de se escamotear a verdadeira dimensão e complexidade das múltiplas situações de contacto de línguas, tanto as que se registam a um nível individual, como as que assumem um carácter comunitário. Para além do mais, como salienta Einar Haugen, uma concepção tão restritiva acabou por conduzir a investigação nesta área temática à esterilidade, não tornando possível o avanço do conhecimento sobre a competência e desempenho linguísticos dos falantes nos quais sistemas linguísticos diferentes efectivamente coexistem (1).

É precisamente esta última perspectiva, advogada por Einar Haugen, que conduzirá a um conceito relativo e não absoluto de bilinguismo, levando este linguista a propor que «bilingualism begins when the speaker of one language can produce complete meaningful utterances in the other language» (2).

Esta formulação abre, obviamente, o caminho para a possibilidade de, sob a designação genérica de bilinguismo, podermos agrupar situações em que os graus de proficiência dos falantes em relação aos idiomas co-existentes são dos mais variados (3). Com tal abrangência garante-se, igualmente, que venham a ocupar a atenção dos estudiosos fenómenos verbais como a interferência, a alternância de códigos e a própria escolha de línguas, já que algumas destas manifestações linguísticas, marcas privilegiadas de situações de contacto, ocorrerão, preferencialmente, naqueles casos em que o bilinguismo, não sendo inteiramente “perfeito”, deixa transparecer alguns sinais da sua existência.

No extremo do *continuum* atrás referido, situa-se o conceito de “bilinguismo incipiente” defendido por A. R. Diebold, também referido como “bilinguismo passivo”, “receptivo” ou “semi-bilinguismo” (4). Neste âmbito, considera-se bilingue aquele que,

(1) EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 507.

(2) Citação de SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 10.

(3) Aos casos de bilinguismo em que o conhecimento, por parte do falante, de um dos idiomas é maior do que do(s) outro(s), atribui-se a designação de “bilinguismo dominante”. Vd. EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 508.

(4) Cf. SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 10.

sendo apenas capaz de se expressar numa língua natural, se encontra apto, no entanto, a compreender mais do que uma. É claro que esta última concepção se pode opor a qualquer uma das outras já descritas, já que estas envolvem sempre, independentemente do grau de proficiência manifestada pelo falante bilingue, a capacidade de actualização verbal em mais do que um idioma. Assim, podemos agrupar todos estes casos sob a designação genérica de “bilinguismo activo”, contrapondo-os aos de “bilinguismo passivo” (1).

A par desta tipologia do fenómeno, outras foram sendo desenvolvidas com base, já não no grau de proficiência do falante, mas noutros critérios. Senão veja-se: na sequência de uma intuição de Uriel Weinreich que, na sua obra *Languages in Contact. Findings and Problems*, empreende reflexões sobre a natureza do signo linguístico em situações de contacto (2), Susan Ervin e Charles Osgood (3) desenvolveram uma hipótese sobre a estrutura da componente semântica da competência linguística de falantes bilingues que deu corpo às categorias de “bilinguismo coordenado” e de “bilinguismo composto”. Esta distinção, que

(1) Na descrição destes dois tipos de bilinguismo, temos considerado apenas as capacidades de produção e recepção de discurso *oral*. É necessário precisar, no entanto, que alguns investigadores têm em conta formas de bilinguismo que contemplam também diferentes graus de domínio da *produção escrita* e da *leitura* dos idiomas. John Macnamara, defendendo um modelo deste tipo, esclarece o seu modo de funcionamento: «the educated person can typically speak and write his language as well as understand it when spoken and written. That is he has two production and encoding skills, speaking and writing, and two reception or decoding skills, listening and reading. In each of these skills four aspects can be distinguished. Thus for example in listening there are the phonological, the lexical, the syntactic and the semantic (meaning) aspects. (...) Bilingualism, of course, involves two such matrices or, because not all bilinguals possess all four skills, at least sections from two such matrices». In: *ob. cit.*, p. 58-59.

(2) Vd., nesta obra, a secção 2.13. «The Nature of the Sign in Language Contact», p. 9-11.

(3) SUSAN ERVIN e C. OSGOOD, *Second Language Learning and Bilingualism*. In: *Psycholinguistics*. Edited by CHARLES E. OSGOOD and THOMAS A. SEBOK. Bloomington (Indiana University Press), 1965, p. 139-146.

viria posteriormente a ser sustentada por muitos outros investigadores, fundamenta-se, pois, nos seguintes pressupostos:

«compound bilinguals are defined as those who attribute identical meanings to corresponding words and expressions in their two languages. The fusion of meaning systems is said to result from their having learned both languages in the same context (...), or one language through the medium of the other (...). Coordinate bilinguals, on the other hand are defined as those who derive different or partially different meanings from corresponding words and expressions in their two languages. The distinction in the coordinates' meaning systems is said to arise because they acquired their languages in different contexts» (1).

Tendo granjeado grande aceitação na comunidade científica, estas categorias começaram, porém, pela primeira vez, a ser seriamente contestadas pelos resultados das investigações de John Macnamara no final dos anos sessenta (2). Desde então, e apesar de tentativas recorrentes de apoio experimental a tal distinção, numerosos trabalhos elaborados, sobretudo no âmbito da Psicologia e da Psicolinguística, têm vindo a contribuir para infirmar a sua validade. As maiores críticas ao paradigma “coordenado-composto” relevam da inadequação apontada aos métodos experimentais usados nas investigações que o sustentam, pois estes não atendem, de uma maneira geral, a aspectos fulcrais como a complexidade da noção de significado nas línguas naturais, a diferença entre significado denotativo e significado conotativo, as relações entre significado lexical e significado da frase e a disparidade de atitudes nutridas, por parte dos bilingues inquiridos, em relação às línguas que conhecem (3).

Assim, a haver uma relação entre a organização e o funcionamento neurológicos dos sistemas linguísticos (e particularmente

(1) JOHN MACNAMARA, *ob. cit.*, p. 64.

(2) Vd. JOHN MACNAMARA, *ob. cit.*

(3) Para um recenseamento mais pormenorizado destas críticas metodológicas, vd. SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 76-82.

das suas componentes semânticas) em falantes bilingues e as circunstâncias externas, de natureza social, que condicionam o processo de 'input' das estruturas verbais nas fases aquisitivas ou de aprendizagem, ela não passará, tanto quanto se crê, pelo paradigma “coordenado-composto”. Aliás, em estudos de carácter psicolinguístico parece ser relativamente recorrente, ainda que não unânime, a ideia de que em todas as crianças que tenham feito a aquisição simultânea dos idiomas há uma fase em que os sistemas em contacto estão efectivamente fundidos (i.e., são 'compostos'), independentemente das condições externas que caracterizam o processo de 'input' linguístico (1).

Relacionando-se também com a aquisição/aprendizagem dos idiomas em contacto, mormente com a idade em que, no indivíduo bilingue, ela se processa, encontramos várias tipologias do fenómeno, ainda que não haja acordo quanto aos limites etários para cada uma das categorias. Uma categorização genérica, da autoria de Andrée Tabouret-Keller (2) prevê dois grandes tipos: “bilinguismo precoce” e “bilinguismo tardio”. Assim, na perspectiva desta autora, enquanto o primeiro diz respeito à aquisição simultânea dos sistemas linguísticos ainda na infância, já o segundo se refere à aprendizagem de uma segunda língua processada depois deste período, sendo que, neste caso, o 'input' dos sistemas linguísticos ocorre de uma forma sequencial.

(1) Aliás, segundo V. Volterra e R. Taeschner (*The Acquisition and Development of Language by Bilingual Children*, In: *Journal of Child Language*, n.º 5, 1978, p. 311-326), a criança bilingue que faça uma aquisição simultânea dos sistemas desenvolve a sua competência linguística passando, tipicamente, por três fases. Assim, na primeira fase a criança possui um sistema lexical único constituído por vocábulos de ambos os idiomas; na segunda, já distingue dois sistemas lexicais mas opera com um único sistema sintáctico, recorrendo, assim, a estratégias gramaticais próprias de qualquer uma das línguas em contacto; finalmente, a terceira fase já se caracteriza pela separação, tanto dos sistemas lexicais como das regras gramaticais dos idiomas co-presentes. Sobre esta questão consulte-se, por exemplo, GROSJEAN, *ob. cit.*, cap. 4.

(2) ANDRÉE TABOURET-KELLER, *Plurilinguismo e interferências*. In: *Conceitos fundamentais da linguística*. Organizado por ANDRÉ MARTINET. Lisboa (Editorial Presença), 1976, p. 290.

A pertinência do factor idade articular-se-á, deste modo, com os níveis de proficiência do falante em relação a cada um dos idiomas. Nesta medida, um bilingue cuja aquisição linguística tenha sido precoce tenderá para uma situação de bilinguismo equilibrado, enquanto que aquele que tiver assimilado tardiamente a sua segunda língua, será, com maior probabilidade, um bilingue dominante.

Há, no entanto, que chamar a atenção para o equívoco promovido pela associação entre idade de aquisição e níveis de domínio linguístico. Como numerosos estudos de carácter sociolinguístico têm vindo a demonstrar, os graus de domínio revelados pelo bilingue em relação aos idiomas que conhece relacionam-se muito mais com factores como as atitudes de que esses idiomas são alvo por parte do falante e, talvez o factor mais decisivo, a efectiva necessidade que o bilingue sente em relação ao uso frequente e sistemático dos seus idiomas.

Ora, todas as categorias até agora consideradas remetem, distintamente, para a esfera do falante bilingue individual. Se numerosos casos há em que o indivíduo bilingue se insere em sociedades predominantemente monolíngues, encontrando-se numa situação de bilinguismo exógeno (1), decorrendo daí problemas muito específicos, é necessário ter em conta, no entanto, que o bilinguismo é, em muitos contextos, um fenómeno com expressão social e colectiva (2). Estas situações proporcionam aos investi-

(1) Conceito apresentado por Josiane F. Hamers e Michel H. A. Blanc que se opõe ao de "bilinguismo endógeno": «according to whether the speech communities of both languages are present or not in the child's social environment we speak of *endogenous* or *exogenous bilinguality*». In: *ob. cit.*, p. 10.

(2) Josiane F. Hamers e Michel H. A. Blanc propõem uma terminologia inovadora para cada um destes tipos de bilinguismo. Senão veja-se: «we distinguish between *bilinguality* and *bilingualism*. *Bilinguality* is the psychological state of an individual who has access to more than one linguistic code as a means of social communication (...). The concept of *bilingualism*, on the other hand, includes that of *bilinguality* (or individual *bilingualism*) but refers equally to the state of a linguistic community in which two languages are in contact with the result that the two codes can be used in the same interaction and that a number of individuals are *bilingual* (societal *bilingualism*)». In: *ob. cit.*, p. 6.

gadores questões muito interessantes, na medida em que evidenciam comportamentos verbais mais dificilmente encontrados nos contextos em que o bilingue constitui a excepção e não a regra. Assim, recursos como a alternância de códigos e a escolha de línguas só serão accionados quando o falante bilingue se vê em interacção com outro bilingue, pelo que o seu estudo decorrerá, necessariamente, em situações de bilinguismo social, no âmbito dos quais haverá a possibilidade de correctamente aferir o valor comunicativo de tais mecanismos.

Por fim, resta-nos introduzir uma pequena precisão terminológica. Doravante, o termo "bilinguismo" servirá para designar, tanto aquela situação em que se verifica o contacto entre dois idiomas, como aquela em que esse contacto se dá entre mais do que dois. Esta utilização do termo tem sido adoptada por vários linguistas (1) e, embora "multilinguismo" ou "plurilinguismo" sejam designações mais fiéis à realidade empírica verificada em muitas situações de contacto, a inclusão do seu sentido na designação genérica de "bilinguismo" reveste-se do mérito da economia terminológica, vantagem que não pode deixar de ser prezada em campos que, como este, se caracterizam por uma grande riqueza taxinómica.

2 O BILINGUISMO E AS CORRENTES LINGUÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS

Jakobson afirmou, em 1953, que «bilingualism is for me the fundamental problem of linguistics» (2), mas a verdade é que a tradição de investigação linguística em que este estudioso se inscreve e para a qual tanto contribuiu, o estruturalismo, floresceu assente em pressupostos que não propiciaram o desenvolvimento de uma reflexão sistemática sobre a problemática ampla do bilinguismo. Com efeito, à excepção de alguns esforços iso-

(1) Cf. EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 507-508.

(2) ROMAN JAKOBSON, *Results of the Conference of Anthropologists and Linguists*. IJAL. Supplement. Memoir n° 8, 1953, p. 19-22. Citado por SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 1.

lados, entre os quais é fundamental destacar a obra paradigmática de Uriel Weinreich, *Languages in Contact. Findings and Problems*, o estruturalismo, legitimamente preocupado com a descrição e compreensão das regularidades e invariâncias inerentes à organização das línguas naturais, mostrou-se pouco vocacionado para o tratamento de fenómenos que escapam a uma ordenação estritamente estrutural (1). Como grande parte dos mecanismos presentes na produção verbal bilingue afectam, fundamentalmente, o nível performativo ou da "parole" (2), sendo, por isso, condicionados, de forma decisiva, não por factores de predisposição estrutural, mas sim por razões de natureza sócio-cultural e pragmática, compreende-se a dificuldade manifestada pelos modelos estruturalistas para a sua aferição e exploração global (3).

Também a gramática gerativa começou por não encontrar,

(1) Para além da referida obra de Uriel Weinreich, Einar Haugen chama a nossa atenção para outras tentativas de abordagem do bilinguismo no quadro do modelo estruturalista. Exemplos são CHARLES FRIES e KENNETH PIKE, *Coexistent Phonemic Systems*. In: *Language*, n.º 25, 1949, p. 29-50; KENNETH PIKE, *Towards a Theory of Change and Bilingualism*. In: *Studies in Linguistics*, n.º 15, 1960, p. 1-7; KENNETH PIKE, *Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior*. The Hague (Mouton), 1967. Cf. EINAR HAGEN, *ob. cit.*, p. 508-509.

(2) A equivalência que aqui estabelecemos entre os conceitos de "parole" e "nível performativo" ("performance") não pretende escamotear a distinção teórica que Noam Chomsky considera existir entre os pares dicotómicos "langue"/"parole" e "competence"/"performance". Recordamos, a propósito, a posição deste linguista: «a distinção que assinalo aqui [entre "competence" e "performance"] está relacionada com a distinção *langue-parole* de Saussure; mas é necessário rejeitar o seu conceito de *langue* como sendo meramente um inventário sistemático de itens e regressar antes à concepção Humboldtiana de competência subjacente como um sistema de processos generativos». In: *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2.ª ed. Coimbra (Arménio Amado Editor), 1978, p. 84. Julgamos, no entanto, e motivados pelas próprias palavras do Autor, que "parole" e "performance", ao contrário de "langue" e "competence", comportam um valor similar que nos permite a presente utilização dos conceitos.

(3) Esta é, aliás, a opinião do próprio Uriel Weinreich quando afirma que «purely linguistic studies of languages in contact must be coordinated with extra-linguistic studies on bilingualism and related phenomena». In: *ob. cit.*, p. 4.

numa fase ainda embrionária, espaço suficiente para um profícuo desenvolvimento dos conhecimentos sobre o funcionamento do bilinguismo. Tal "handicap" parece radicar, fundamentalmente, na postura teórico-metodológica advogada por esta gramática, exigindo ao linguista que assuma como objecto «um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística homogénea, que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o conhecimento da língua numa performance efectiva, não é afectado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos)» (1). Cientes, embora, da justa dimensão destas afirmações, que remetem para uma opção essencialmente epistemológica (2) e que não encerram, por isso mesmo, a pretensão de traduzir a realidade observável no uso linguístico efectivo (pretensão que seria, de resto, ingénua), não podemos deixar de chamar a atenção, socorrendo-nos dos motivos já aduzidos a propósito do modelo estruturalista, para o facto de tal posicionamento ter constituído, em si mesmo, uma séria limitação para o avanço na compreensão de fulcrais aspectos do funcionamento linguístico bilingue (3).

Com isto não queremos dizer que o gerativismo, mesmo na sua fase inicial, tenha esquecido a problemática bilingue. Com efeito, este modelo começou por ser aplicado por alguns linguistas, a partir da década de sessenta, em estudos que apresentam hipóteses descritivas para o processamento verbal decorrente da complexa competência linguística verificada em falantes bilin-

(1) NOAM CHOMSKY, *ob. cit.*, p. 83.

(2) Como salienta Einar Haugen, «this limitation was obviously a strategic device to permit the linguist to operate in a logico-mathematical vacuum, abstracted from the concerns that have occupied most linguists working to describe natural languages operating in ordinary communicative situations». In: *ob. cit.*, p. 510.

(3) Esta é, aliás, a posição assumida por Suzanne Romaine ao afirmar que «Chomsky would (...) argue that the study of performance relies essentially on advances in understanding of competence. (...) I take a very different perspective. I prefer to start by looking at what performance tells us about competence because I believe that this is the best way to approach the study of bilingualism». In: *ob. cit.*, p. 7.

gues (1). Mais recentemente, alguns modelos gramaticais de raiz gerativista, mormente o "government and binding", têm sido abundantemente aplicados em estudos sobre as restrições sintáticas inerentes ao fenómeno da alternância de códigos (2). Porém, e sem perder de vista estas contribuições, em particular as mais recentes, consideramos justo afirmar que a gramática gerativa ainda é, essencialmente, uma corrente voltada para a reflexão sobre o funcionamento monolíngue.

Mas se as restrições teóricas referidas constituíram razão para alguma inibição por parte dos estruturalistas e gerativistas no domínio dos estudos sobre bilinguismo, revelam-se, de forma inversa, um estímulo para os estudiosos que, a partir da evolução teórica ocasionada, de forma evidente, pelo trabalho de William Labov nos anos sessenta, perspectivaram o estudo da linguagem verbal enquanto realidade ancorada no seu contexto de produção efectiva, i.e., no seu habitat social (3). Com esta corrente de

(1) Para uma visão da produção teórica sobre bilinguismo elaborada no seio da tradição gerativista até 1970, consulte-se EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 510-511.

(2) Teremos oportunidade, mais adiante, quando tratarmos deste assunto específico, de fazer referência a estes estudos.

(3) É importante precisar que, muito antes dos anos sessenta, alguns autores já chamavam a atenção da comunidade científica para a necessidade de se observar a correlação entre uso linguístico e contexto social. Numa recente obra de carácter introdutório, Karmele Rotaetxe Amusategi forneceu-nos uma exposição sintética que realça as principais contribuições nesta fase, ainda embrionária, da Sociolinguística. Reproduzimos, aqui, esse sucinto e útil texto: «la influencia de los hechos sociales en las lenguas, y particularmente en la evolución de éstas, ha sido constatada en tratados de historia de las lenguas, como, por ej., el de la lengua francesa (Brunot [*Histoire de la langue française*. Paris (Armand Collin), 1966], 1905) o el de la española (Lapesa [*Historia de la lengua española*. 8.ª edición. Madrid (Gredos), 1980], 1942). Sin centrarse en consideraciones históricas, diversos manuales generales sobre el lenguaje publicados desde 1921 (Sapir [*Le langage*. Paris (Payot), 1970], 1921; Jespersen, 1922 [não vem referida a indicação bibliográfica completa]; Vendryes, 1923 [idem]; Bloomfield [*Le langage*. Paris (Payot), 1970], 1933; Sommerfelt [não vem referida a indicação bibliográfica completa], 1933; Bally [*Linguistique générale et linguistique française*. Berne (Francke), 1965], 1952, etc.) dedican espacios a esta relación. Debe citarse especialmente la creación a principios de siglo de la «Escuela Sociológica Francesa», dirigida por Antoine Meillet, quien en 1906 señaló ya que el ele-

pensamento linguístico pós-estruturalista, a tónica deixou de recair na regularidade sistémica e abstracta das línguas, movidas por regras de funcionamento estáveis e sempre observadas sem referência aos seus contextos de utilização e passou, ao invés, a orientar-se no sentido das correlações entre a variação linguística sincrónica e os factores de caracterização social das comunidades. A Sociolinguística, assim concebida, proporcionou uma abertura teórica que alargou as perspectivas de abordagem dos factos linguísticos, condição que possibilitou o aprofundamento das razões de raiz extra-linguística que levam a certos comportamentos recorrentes na fala bilingue: a interferência nas suas várias vertentes (fonológica, morfológica, sintáctica, semântica e lexical), a alternância de códigos ("code-switching") e a escolha de línguas ("choice-switching"). Deste modo, pôde evidenciar-se a relação entre o modo como os indivíduos se inserem nas suas comunidades, tendo em conta factores como a sua idade, sexo, profissão, estatuto sócio-cultural ou sócio-económico e o uso que fazem dos idiomas e dos recursos verbais disponíveis no seu repertório linguístico.

Com o aprofundamento do estudo destes fenómenos bilingues, particularmente o da alternância de códigos, cedo se apreendeu que há no seu uso, em determinadas instâncias, para além de uma motivação sociocultural, um propósito marcadamente discursivo e pragmático. A partir desta constatação, e sofrendo influências teóricas tanto da Sociolinguística como da Pragmática, estruturou-se, sobretudo a partir do trabalho de J. J. Gumperz, uma orientação denominada Sociolinguística interaccional (1).

mento que provoca perpetuas variaciones en las lenguas es la estructura de la sociedad (*Linguistique historique et linguistique générale*. Paris (Lib. Honoré Champion), 1965: 16). A este autor debemos un estudio de 1905 de clara incidencia en la cuestión actual, al explicar el cambio semántico a partir del uso del léxico de una lengua, *variable*, de un hablante a otro, y de un grupo social a otro (*ibidem*), 1965: 230-71). Por fin, otros estudios se han centrado exclusivamente en el aspecto social del lenguaje (Cohen [*Matériaux pour une sociologie du langage*. Paris (Maspero), 1956], contribuyendo así al reconocimiento profesional de la Sociolinguística actual». In: *Sociolinguística*. Madrid (Editorial Síntesis, Lda.), 1988, p. 14.

(1) A necessidade de conciliar as investigações feitas no âmbito da Sociolinguística com aquelas elaboradas de acordo com os pressupostos da

Neste quadro recente, destaca-se, como objectivo primordial, o interesse em analisar as consequências comunicativas da escolha e uso de determinadas variáveis linguísticas à disposição dos falantes de uma dada comunidade. Compreende-se, assim, em que medida esta preocupação representa um avanço importante, não só em relação aos estruturalismos de feição vária, mas também em relação à própria Sociolinguística quantitativa e variacionista, cujo principal mérito tem residido, como se sabe, no estabelecimento de correlações entre variáveis linguísticas e macro-categorias sociológicas. Nesta nova perspectiva, as variáveis de tipo sociolinguístico são encaradas como um dos elementos integrantes do próprio discurso, condicionando os cálculos interpretativos envolvidos no processo comunicativo, na medida em que comportam informação relevante sobre os locutores enquanto seres socialmente contextualizados. É, deste modo, uma teoria de raiz sociolinguística que pretende contemplar as funções comunicativas da variação linguística, quer a que existe em comunidades monolíngues, quer a que se encontra presente em comunidades que dispõem de mais do que um código para a interacção quotidiana.

Uma das novidades metodológicas desta orientação sociolinguística reside no facto de a análise se centrar, primordialmente, no próprio fenómeno conversacional, i.e., na «produção verbal [verificada] num processo de interacção» (1). Esta opção, não correspondendo à prática assumida nos estudos de Socio-

Pragmática linguística tem vindo a ser reclamada por vários estudiosos. Nesta linha, Stephen C. Levinson advoga que «pragmatics and sociolinguistics share many areas of common interest, and sociolinguists have contributed much to certain areas of pragmatics, especially the study of social deixis and speech acts and their use. However, pragmatics in turn has much to contribute to sociolinguistics, for in trying to understand the social significance of patterns of language usage, it is essential to understand the underlying structural properties that constrain verbal interaction». In: STEPHEN C. LEVINSON, *Pragmatics*. Cambridge (Cambridge University Press), 1983, p. 374.

(1) In: MARIA HELENA MIRA MATEUS *et alii*, *Gramática da língua portuguesa*. 2.ª ed. revista e aumentada. Lisboa (Ed. Caminho), 1989, p. 115.

linguística de tipo variacionista, é justificada por J. J. Gumperz do seguinte modo:

«no systematic attempt has been made to deal with participants' co-occurrence judgements in the interpretation of discourse. Language use surveys can provide information about general trends in behavior. But since the interactive strategies the constraints that govern participants' strategies *vis-a-vis* each other are not considered, they cannot account for the human ability to contextualize information. Hence assumptions about the relationships of statistically analyzed sociolinguistic indices to individual behavior are not testable within the framework of group orientated sociolinguistic theory» (1).

Assim, esboça-se a convicção de que só através da observação da interacção entre locutores espaço-temporalmente situados se pode verdadeiramente compreender a natureza dos mecanismos subjacentes ao processo da comunicação verbal.

Neste quadro, os usos verbais passam a ser vistos como o resultado da competência comunicativa (2) dos falantes, conceito que ultrapassa o de competência linguística, tal como Chomsky o concebeu, comportando, para além do conhecimento das estruturas linguísticas por parte dos falantes, outra importante dimensão: a do seu saber sócio-cultural. É este saber que permite aos locutores a adequação contextual e situacional dos seus diferentes usos linguísticos, condição imprescindível para se conseguir uma efectiva eficácia comunicativa. Assim, para se poder compreender o funcionamento da comunicação verbal, não basta fazer-se a análise das estruturas linguísticas presentes num dado enunciado, ou atender ao valor referencial dos signos nele incluídos;

(1) J. J. GUMPERZ, *Discourse Strategies*. Cambridge (Cambridge University Press), 1982, p. 35.

(2) Este conceito foi cunhado por Dell Hymes em 1971 e tem sido, desde essa data, abundantemente utilizado em textos teóricos tanto do âmbito da Sociolinguística, como da Pragmática. Vd. DELL HYMES, *On Communicative Competence*. In: *Sociolinguistics*. Edited by J. B. PRIDE and J. HOLMES, Harmondsworth (Penguin Books), 1972, p. 269-293.

há que, paralelamente a estes procedimentos, enquadrar o enunciado no seu contexto de ocorrência, avaliando todos os parâmetros relevantes que contribuem para a sua configuração, quer estes sejam de natureza estritamente linguística, quer não o sejam.

Dito isto, compreender-se-á que a análise de mecanismos como a escolha de línguas e o estudo do funcionamento discursivo da alternância de códigos exige, no actual quadro de desenvolvimento teórico no âmbito das investigações sobre bilinguismo, um modelo ancorado nos pressupostos da Sociolinguística interaccional. Ainda assim, e embora tenhamos apontado algumas deficiências, mormente aos aparelhos estruturalista e gerativista, para a explicação cabal dos fenómenos inerentes à situação de contacto de línguas, não podemos deixar de reconhecer que o legado destas tradições teóricas é fundamental para a clarificação de algumas vertentes dos fenómenos que são objecto da nossa consideração. Referimo-nos, por exemplo, ao estudo do funcionamento sintáctico da alternância de códigos e também à importante distinção entre esta última manifestação verbal bilingue e a interferência linguística. Com efeito, e como teremos oportunidade de observar no desenvolvimento deste trabalho, esta distinção estabelece-se, em larga medida, por meio de critérios de natureza formal. Sem o conhecimento de como se estruturam as línguas nos seus vários níveis de organização, esta distinção formal, já de si não linear, seria de difícil concretização.

De modo semelhante, as metodologias próprias aos estudos de Sociolinguística variacionista, longe de terem sido ultrapassadas pelas abordagens de tipo interactivo, têm, muito recentemente, sido encaradas como hipóteses frutíferas no tratamento e compreensão dos fenómenos evidenciados pelo comportamento verbal bilingue, particularmente da escolha de línguas e da alternância de códigos (1). Assim, postula-se que os estudos

(1) Vd., nomeadamente, SHANA POPLACK, *Variation Theory and Language Contact: Concepts, Methods and Data*. In: *Papers for the Workshop on Concepts, Methodology and Data*. Basel, 12-13 January 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 33-68.

variacionistas poderão vir a pôr em relevo toda uma gama de factores extra-linguísticos, até agora desconhecidos e não considerados, que condicionam, de forma efectiva, a ocorrência destes fenómenos. Esta perspectiva surge em consequência de algumas críticas que têm sido formuladas às metodologias utilizadas em trabalhos orientados pelos pressupostos da Sociolinguística interaccional, nomeadamente à opção de encarar os informantes na sua qualidade de membros de redes sociais (1) e não como representantes de macro-categorias sociológicas tais como grupo etário, grupo sócio-económico ou sócio-cultural e sexo. Assim, se uma análise centrada no estudo de estruturas concretas e tangíveis como as redes sociais garante uma maior profundidade na observação dos factos verbais, a verdade é que os estudos variacionistas tradicionais fornecem dados que, obtidos através de amostragens representativas, recobrem um espectro social mais vasto, permitindo, por isto mesmo, generalizações mais amplas (2).

Dito isto, podemos concluir que a complexidade inerente ao bilinguismo e às respectivas manifestações reclama, para a sua compreensão mais aturada, o uso de aparelhos teóricos diferentes e complementares. Se o estudo da utilização pragmática de fenómenos como a alternância de códigos exige o enquadramento dos informantes nas suas redes sociais, pois é esse o processo mais adequado para explicitar o contexto interactivo em que funcionam os recursos verbais, também é verdade, como realça Shana Poplack, que este tipo de análise não esgota a possibilidade de aferição do poder efectivo dos diversos factores extra-linguísticos que concorrem para o seu condicionamento. De igual modo, não

(1) Uma "rede social" é uma estrutura reveladora das ligações pessoais e dos hábitos de interacção existentes entre os indivíduos que a integram. Para um aprofundamento deste conceito, vd. LESLEY MILROY, *Language and Social Networks*. 2.^a ed., Oxford (Blackwell Publishers), 1987.

(2) Como nos diz Shana Poplack, «there is a major trade-off between the depth afforded by participant observation and the scope available from "survey"-type studies (...) where potentially explanatory extralinguistic variables (e.g. age, sex, socioeconomic class, educational level, etc., etc.) may be manipulated in ways not possible in the study of self-selected peer groups. In particular, a recurrent criticism of network studies concerns their potential lack of representativeness». In: SHANA POPLACK, *ob. cit.*, p. 44.

podemos dispensar o recurso aos conhecimentos de organização estrutural dos idiomas em situação de contacto pois, ainda que a predisposição estrutural não seja o motivo preponderante para estes tipos de mecanismos, i.e., ainda que a estrutura não seja, fundamentalmente, a sua causa, como hoje se encontra provado, é evidente que é muitas vezes ao nível da estrutura que os mecanismos resultantes do contacto de sistemas linguísticos produzem os seus efeitos. Dito isto, julgamo-nos em condições de legitimidade para, sempre que necessário, recorrermos à exploração destas vertentes de análise no decurso desta reflexão.

3. AS MANIFESTAÇÕES VERBAIS BILINGUES

3.1. A INTERFERÊNCIA LINGUÍSTICA

Optámos por dar início ao tratamento dos fenómenos verbais tipicamente bilingues abordando o mecanismo da *interferência* e não o da *alternância* ou da *escolha de línguas* por uma questão de natureza cronológica. Com efeito, ainda antes de a comunidade científica ter iniciado uma reflexão sobre estas últimas manifestações verbais, de “descoberta” muito recente, já bastante trabalho tinha sido empreendido sobre a interferência entre sistemas linguísticos. No quadro do presente trabalho torna-se imprescindível reflectirmos sobre este conceito a fim de entre ele e o de alternância de códigos estabelecermos a necessária distinção teórica. Como veremos, nem sempre é linear a determinação do que, num *corpus* de fala bilingue particular, pode ser considerado interferência ou, ao invés, alternância.

Partiremos de dois textos para o estudo da interferência linguística, ainda hoje sentidos como fundamentais e largamente citados na bibliografia mais recente: a obra, já referida, de Uriel Weinreich, *Languages in Contact. Findings and Problems* (1.ª edição de 1953) e o texto de Einar Haugen, *The Analysis of Linguistic Borrowing* (1.ª edição de 1950) (1). Faremos, igualmente, referên-

(1) EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing*. In: *The Ecology of Language*. Stanford (Stanford University Press), 1972, p. 79-109.

cias a opiniões de outros autores que contribuirão para o esclarecimento das múltiplas questões de natureza terminológica e conceptual que se prendem com esta temática.

Sendo a interferência uma consequência da situação de contacto de línguas, é necessário começar por explicitar, tal como o fez Uriel Weinreich, que o *locus* onde se efectua esse encontro de sistemas é precisamente o próprio falante bilingue. Embora o bilinguismo seja uma realidade que tanto pode dizer respeito ao indivíduo isolado como, de forma recorrente, à comunidade mais vasta, é importante reter que só por intermédio do falante bilingue é que o fenómeno da interferência pode vingar. Podemos dizer, assim, que o bilingue é o agente originário da interferência, mas teremos de precisar, por outro lado, que só a comunidade pode consagrar, pelo uso generalizado, um dado fenómeno de interferência, dando-lhe um estatuto de efectivo empréstimo (1).

Uriel Weinreich, tendo cunhado ele próprio o conceito, propõe, como definição genérica do fenómeno da interferência, a seguinte formulação:

«those instances of deviation from the norms of either language which occur in the speech of bilinguals as a result of their familiarity with more than one language» (2).

É necessário, no entanto, termos em atenção que os desvios às normas monolingues de que nos fala Uriel Weinreich só se qualificarão como fenómenos de interferência se acarretarem con-

(1) Conceito utilizado na acepção de William Mackey que encara o empréstimo como um fenómeno sistemático e colectivo, ao contrário da interferência que considera de natureza accidental, irregular e individual. Vd. WILLIAM MACKEY, *The Description of Bilingualism*. In: *Readings in the Sociology of Language*. Edited by Joshua A. Fishman. The Hague, Paris (Mouton), 1970, p. 569. Para muitos outros autores o termo “empréstimo” é usado com acepções diferentes. Em tempo oportuno passaremos em revista estes diversos usos.

(2) URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 1.

sigo alterações estruturais no sistema receptor, i.e., no sistema que sofre a interferência (1).

Depois de Uriel Weinreich, muitos outros autores têm feito uso do termo interferência, ainda que nem todos aceitem, quer a restrição conceptual proposta por este Autor, que exclui a consideração das influências interlinguísticas que não revelem implicações sistémicas (2), quer a etiqueta escolhida como a mais feliz. Os que vêem necessidade de introduzir alterações ao nível terminológico fazem-no convencidos de que a designação usada por Weinreich comporta uma conotação negativa motivada pelo seu uso popular e não especializado. Com efeito, o termo assumiu, na boca dos defensores do "purismo linguístico", o valor de "inimigo" responsável pela "corrupção" do "bom" uso linguístico monolíngue. É esta conotação que faz com que M. Clyne, por exemplo, prefira a designação *transferência* importada da Psicologia. Esta diz respeito, genericamente, à possibilidade de fazer estender conhecimentos, inicialmente circunscritos a um domínio restrito, a outro. A aplicação deste conceito à Linguística traduz-se, assim, na adopção de elementos próprios a uma língua no uso de uma outra. Por sua vez, também M. Sharwood-Smith e E. Kellerman consideram mais adequada, em virtude da sua neutralidade, a expressão "cross-linguistic influence" (3).

Feita a apresentação do conceito, torna-se oportuno registar

(1) Senão, veja-se: «the term interference implies the rearrangement of patterns that result from the introduction of foreign elements into the more highly structured domains of language, such as the bulk of the phonemic system, a large part of the morphology and syntax, and some areas of the vocabulary». In: URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 1.

(2) Investigadores que, a partir do legado de Uriel Weinreich, desenvolveram trabalho no campo do bilinguismo, já não evidenciam uma postura tão rígida em relação aos fenómenos que devem ou não ser considerados manifestações de interferência. Evocamos, a título de exemplo, André Tabouret-Keller que, na sua explanação dos tipos de interferência possíveis ao nível fónico, nos diz: «a interferência linguística determinará na língua de acolhimento dois tipos de mudanças: 1.º na *realização* [sublinhado nosso] dos fonemas, 2.º no funcionamento do sistema fonológico». In: ANDRÉE TABOURET-KELLER, *ob. cit.*, p. 293.

(3) As posições de M. Clyne e de M. Sharwood-Smith e E. Kellerman são apresentadas por SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 51-52.

que, na perspectiva dos estudiosos do bilinguismo, a interferência é um processo que afecta todo e qualquer nível estruturado dos sistemas linguísticos em contacto, desde o fónico, o morfosintáctico, até ao léxico-semântico.

De uma forma muito sucinta, a interferência ao nível fónico ocorre quando o falante bilingue impõe os padrões fónicos de um dos seus sistemas linguísticos, em princípio, do sistema dominante (L1), no uso do outro, mais fraco (L2). Este processo, não sendo linear, pode ocorrer, de acordo com Uriel Weinreich, em função da acção de quatro mecanismos diferentes, a saber, a sub-diferenciação de fonemas, a sobre-diferenciação de fonemas, a reinterpretção de distinções fonológicas e a substituição fónica (1).

Quanto ao nível morfosintáctico, esclareçamos, antes de mais, que muitos o têm avaliado como um terreno impermeável à interferência. Lembremos, a este propósito, a afirmação paradigmática e recorrentemente citada de Antoine Meillet: «the grammatical systems of two languages (...) are impenetrable to each other» (2).

Porém, é hoje sabido que a interferência pode afectar todos os níveis estruturados dos idiomas, ainda que, efectivamente, alguns sejam mais permeáveis a influências estranhas do que outros. De resto, tem sido observado que o maior grau de seme-

(1) A *sub-diferenciação* de fonemas ocorre quando uma dada oposição fonológica existente em L2 não encontra uma oposição equivalente em L1. Daqui resultará a identificação dos dois fonemas de L2 com um só de L1. A *sobre-diferenciação*, sendo um fenómeno inverso do anterior, ocorre quando uma dada oposição fonológica de L1 se impõe no uso de L2 onde ela não existe. Quanto à *reinterpretção*, este mecanismo é ocasionado pela existência, nos dois sistemas, de oposições fonológicas semelhantes, mas cuja relação de oposição se estabelece com base em traços distintivos diferentes. Assim, no uso de L2, o bilingue reinterpreta uma dada oposição, não com base nos traços que lhe são relevantes, mas sim de acordo com os que o são em L1. No que diz respeito à *substituição fónica*, esta «applies to the phonemes that are identically defined in two languages but whose normal pronunciation differs» (in: URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 19).

(2) Citado por URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 29.

lhança estrutural entre os sistemas em contacto é um factor que facilita a interferência a este nível (1).

É, no entanto, a interferência lexical a forma de influência interlinguística mais comum e também, por isso mesmo, a que mais tem sido estudada. O nível lexical é, de entre todos, aquele cuja estrutura é menos rígida e também aquele que mais próximo está da realidade extra-linguística, circunstâncias que explicarão a sua maior abertura em relação a influências estranhas. Assim, embora não possamos entender o sistema lexical de uma língua como uma simples nomenclatura, não há dúvida que uma das funções mais importantes das “palavras” é a de designar realidades extra-linguísticas. Esta função confere ao léxico a possibilidade de se adaptar às modificações verificadas no mundo exterior, i.e., para realidades novas é possível criar ou, simplesmente, importar de outras línguas designações novas.

Para além deste aspecto, é óbvio que o estudo das interferências lexicais envolve sempre, dada a complexidade interna das

(1) Atendamos, pois, à tipologia geral das interferências de natureza gramatical proposta por Uriel Weinreich. Nela iremos operar com dois sistemas linguísticos hipotéticos A e B, em que A fornece o modelo da interferência, enquanto B faz o papel de sistema receptor:

- i. ocorrência de morfemas de A no uso do sistema B (não discutiremos aqui o nível de integração fónica que os morfemas importados podem adquirir no idioma receptor, pois esse assunto será objecto de atenção particular quando abordamos os fenómenos da “interferência lexical” e do “empréstimo”);
- ii. aplicação de uma relação gramatical (sintagmática) própria de A a morfemas de B durante o uso do sistema B ou, então, o não cumprimento de uma regra sintagmática própria do sistema B em conformidade com a sua inexistência no sistema A;
- iii. alteração das funções gramaticais de um morfema de B em virtude da sua identificação com um morfema de A. De acordo com Uriel Weinreich, esta identificação ocorre em virtude da semelhança fónica ou funcional entre os morfemas dos dois sistemas. Quando a semelhança é funcional, a interferência gramatical saldar-se-á ou num fenómeno de extensão, ou num de redução das funções do morfema do sistema B.

Cada um destes tipos de interferência terá, por sua vez, manifestações diversificadas conforme, por um lado, a natureza dos morfemas e das relações em causa e, por outro, as estruturas dos sistemas linguísticos em contacto.

palavras, a consideração de manifestações de interferência respeitantes a outros níveis de estruturação linguística, mormente os planos fónico e morfológico. Sendo assim, as palavras “emprestadas” de uma outra língua revelam-se um terreno privilegiado para uma abordagem integrada do multifacetado fenómeno da interferência linguística.

Ora, dada, precisamente, a complexidade da interferência lexical e tendo em conta a sua frequente associação a um outro conceito de utilização muito recorrente na bibliografia científica, o de ‘empréstimo’ (ou ‘importação’) (1), julgamos mais oportuno e profícuo abordá-lo em referência a este último.

3.1.1. Interferência e empréstimo

Importa, antes de mais, esclarecer os usos que cada um destes termos tem merecido na bibliografia científica, pois nem estes sempre coincidem, nem a fronteira que distingue os conceitos subjacentes se apresenta sempre de forma nítida. Tivemos já, um pouco atrás, oportunidade de aludir a uma possível distinção conceptual de carácter geral da autoria de William Mackey, em que interferência assume o estatuto de fenómeno individual e irregular, enquanto empréstimo o de colectivo e sistemático.

Uriel Weinreich, por sua vez, atribui aos dois termos, empréstimo (“borrowing”) e interferência, valores bastante diversos destes. Vejamos:

«in the more loosely patterned domains of a language — some of the syntax, or vocabulary of an incidental nature — “borrowing” might be more properly be spoken of (...). But even there the possibility of ensuing rearrangements in the patterns, or interference, cannot be excluded» (2).

(1) Paiva Boléo, por exemplo, é um dos estudiosos que prefere o termo “importação” ao de “empréstimo”. Cf. do Autor, *O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português*. Separata de *O Instituto*, vol. CXXXVII. 2.ª ed. revista e ampliada. Coimbra, 1965, p. 9.

(2) URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 1.

Nestas palavras compreendemos que Uriel Weinreich faz assentar esta distinção no carácter estrutural da interferência vs. a natureza superficial e acidental do empréstimo que, por isto mesmo, só afecta verdadeiramente os níveis menos estruturados do sistema. Há, nitidamente, nesta distinção, a preocupação em manter a coerência com os requisitos que sustentam a formulação do seu conceito de interferência. Assim, admite-se que nem sempre as influências de elementos pertencentes a um sistema em contacto se saldarão em modificações estruturais profundas, mas salvaguarda-se, em simultâneo, a concepção, mais restritiva, inicialmente proposta de interferência.

Estes usos de empréstimo não são, todavia, os mais recorrentes nas obras sobre bilinguismo. Regra geral, como já tivemos oportunidade de esclarecer, o termo é usado especificamente no domínio das influências interlinguísticas que se registam ao nível lexical. Mas, mesmo no âmbito deste uso restrito, nem sempre é inequívoca a fronteira que faz distinguir este conceito daquele mais abrangente de interferência.

Julgamos que há dois motivos fundamentais que subjazem a esta fluidez conceptual. Em primeiro lugar, o uso corrente e institucionalizado do termo empréstimo é anterior ao de interferência, tendo este último sido cunhado, como dissemos, em 1953, por Weinreich. Os fenómenos que a partir da concepção deste linguista passaram a ser considerados interferência, foram, até esse momento, albergados sob a alçada da designação de empréstimo. A fim de corroborar esta opinião, exploraremos o tratamento dado ao conceito por Einar Haugen no seu texto de 1950. Nele podemos observar que o Autor produz uma definição genérica de empréstimo que reúne todas as condições para ser confundida com a de interferência, na sua aceção mais lata (1): «the attempted reproduction in one language of patterns previously found in another» (2).

O segundo motivo prende-se, conforme já atrás aludimos, com a própria natureza da interferência de tipo lexical. A com-

(1) Esta será, aliás, a aceção subjacente ao uso que doravante faremos do termo.

(2) EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 81.

plexidade da constituição interna das “palavras” conduz a que a sua reprodução, numa língua que não a de origem, possa criar situações de interferência que afectam, para além do léxico, outros níveis de organização da língua. Assim, ainda que Einar Haugen, no texto acima referido, concentre a sua atenção em fenómenos de natureza lexical, condição que explicará a progressiva associação verificada entre estes e a noção de empréstimo, a colisão entre a definição genérica que começa por propor para este conceito e a que virá a singrar para interferência era dificilmente evitável.

Vistos estes aspectos preliminares, atendamos aos mecanismos que Einar Haugen considera envolvidos no processo de empréstimo lexical. Definindo-o, genericamente, como um mecanismo de *reprodução* de padrões próprios a um idioma na utilização de outro, o Autor especifica que esta pode ser levada a cabo por meio de dois processos: a *importação* e a *substituição* (1).

É necessário esclarecer que os processos que acabámos de referir intervêm, não só ao nível da palavra emprestada no seu conjunto, mas também ao de cada uma das suas partes constituintes: unidades morfológicas e fónicas. Através destas definições, compreende-se que qualquer tipo de empréstimo lexical implica, em primeiro lugar, um processo de *importação* (do próprio item), envolvendo, depois, processos de *substituição*, quer ao nível morfológico, quer ao nível fonético-fonológico. Assim, quanto mais substituição fono-morfológica sofrer um empréstimo lexical, mais integrado ele ficará na língua receptora.

A fim de demonstrar como funcionam estes processos, atendamos à caracterização de dois tipos de importação lexical propostos por Einar Haugen: “loanwords” e “loanblends”. Nos empréstimos do primeiro tipo há importação sem substituição morfológica, podendo haver, contudo, em graus variados, substituição fonético-fonológica. Um exemplo ilustrativo desta situa-

(1) «If the loan is similar enough to the model so that a native speaker would accept it as his own, the borrowing speaker may be said to have IMPORTED the model into his language (...). But insofar as he has reproduced the model inadequately, he has normally SUBSTITUTED a similar pattern from his own language». In: EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 82.

ção é a forma *CRISMAS* (1), recorrente no discurso bilingue de portugueses radicados em países anglófonos, importada do inglês ("Christmas": 'Natal'). Nela verificamos apenas substituição fonético-fonológica, havendo importação dos constituintes morfológicos. O segundo tipo de empréstimo, frequentemente denominado *híbrido*, caracteriza-se, fundamentalmente, por envolver tanto um processo de importação, como um de substituição morfológica. Usando um exemplo da situação de contacto entre o alemão e o inglês, *GUMBAUM* de "gum tree" ('árvore gomífera'), observamos que, enquanto há importação de um morfema lexical do inglês, a forma lexical evidencia, igualmente, um processo de substituição: "tree" por "baum" (2).

Para além do "loanword" e do "loanblend", há ainda outra categoria de empréstimo contemplada por Einar Haugen: o "loanshift". Os empréstimos deste tipo também implicam uma importação, só que esta não se reporta a uma forma lexical, mas sim a um significado. Um exemplo desta situação pode ser observado no significado "extra" adquirido pela palavra portuguesa "grosseria" (3) na fala bilingue português-inglês. Assim, para além do seu significado original, a palavra adquiriu também o valor de 'mercearia', em virtude da sua acentuada semelhança formal com a palavra inglesa "grocery". Neste caso, a palavra sofreu um processo de extensão semântica (4).

(1) Exemplo referido por EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 91.

(2) Exemplo original de M. Clyne citado por SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 55. Outros exemplos expressivos desta categoria de empréstimo são as formas verbais do tipo *CHECAR* de "to check" ('verificar'), *FRISAR* de "to freeze" ('congelar') e *PARCAR* de "to park" ('estacionar') também próprias do discurso bilingue português-inglês. Nelas assiste-se à importação do morfema lexical enquanto se regista a substituição do morfema gramatical, processo que garante a adaptação das formas à estrutura morfológica portuguesa. Para mais exemplos deste tipo, cf. EDUARDO MAYONE DIAS, *Falares emigrantes — uma abordagem ao seu estudo*. Lisboa (Biblioteca Breve, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa), 1989, p. 127 e 131.

(3) Exemplo citado por EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 91.

(4) De acordo com François Grosjean, os "loanshifts" não são motivados apenas pela semelhança formal entre os vocábulos de ambos os idio-

Outro tipo de influência semântica atestada por Einar Haugen é a *criação* ("creation"); também conhecida pelas designações, em nosso entender mais adequadas, de "loan translation" ou *decalque* ("calque"). Neste caso, uma língua adopta um vocábulo ou expressão própria de outra, traduzindo-a literalmente. Um exemplo insistentemente citado deste processo é o vocábulo inglês "skyscraper" que originou decalques em numerosas línguas: em português "arranha-céus", em francês "gratte-ciel", em espanhol "rascacielos" e em alemão "Wolkenkratzer".

3.1.2. *Motivações para o empréstimo lexical*

Tendo abordado os processos linguísticos subjacentes ao fenómeno da importação lexical, tivemos ocasião de referir o problema da integração do material linguístico importado no idioma receptor. Existem, no entanto, vertentes desta questão que ultrapassam os aspectos já por nós tratados, na medida em que se prendem com factores de natureza extra-linguística. Assim, enquanto os processos linguísticos são fundamentais para a medição e a avaliação da integração conseguida por um vocábulo importado, eles não poderão esclarecer todas as condições que motivam quer a importação em si, quer o seu grau de integração no idioma de acolhimento. A motivação é, pois, uma linha de força nesta complexa problemática e é dela que, neste momento, nos vamos ocupar.

Sendo a integração um processo que decorre da própria existência de um empréstimo, é conveniente iniciarmos a nossa análise pelas motivações que conduzem a este último fenómeno. Assim, verificamos que, entre as razões mais apontadas para o recurso a material lexical emprestado, estão a necessidade de colmatar uma lacuna vocabular e o prestígio associado ao idioma que serve de fonte para o empréstimo. Se entendermos, na esteira de concepções teóricas como a hipótese Sapir-Whorf, que há uma

mas, podendo haver, em alguns casos, uma motivação de natureza meramente semântica: «portuguese-English bilinguals took the portuguese word "frio" (cold spell) and extended its meaning to infection, under the influence of the English "cold"». In: FRANÇOIS GROSJEAN, *ob. cit.*, p. 318.

relação entre língua e cosmovisão e que cada idioma estabelece um recorte diferente do real extra-linguístico, então facilmente compreenderemos a pertinência do factor *necessidade* para explicar um empréstimo. Nesta medida, quando um bilingue se vê confrontado com a necessidade de se referir a uma realidade que não encontra tradução adequada na língua que está a utilizar, recorrerá a um termo mais apropriado em qualquer uma das outras línguas que também conhece.

Mas, tal como aponta Uriel Weinreich (1), existem, para além da lacuna lexical, outros tipos de necessidades que podem determinar um empréstimo. Um exemplo ilustrativo será a necessidade de resolver ambiguidades resultantes de situações de homonímia; outro poderá ser a necessidade de reforçar o poder expressivo da língua receptora pela substituição de vocábulos autóctones cuja força semântica se desgastou e banalizou pelo uso.

Encontramos, no entanto, vários casos de empréstimo que não parecem resultar de uma efectiva necessidade, na medida em que afectam o que se tem designado por vocabulário nuclear (2). São os chamados "unnecessary loanwords" que acabam por provocar uma situação de concorrência com vocábulos semanticamente equivalentes da língua receptora, podendo levar, caso o empréstimo sobreviva historicamente, à especialização funcional de um dos termos. Estes empréstimos, não servindo para o preenchimento de uma lacuna lexical, resultam, pois, do prestígio do idioma de onde provêm (3). Deste modo, compreende-se como é vital o estudo das atitudes que se associam a cada um dos idiomas em contacto, pois, muitas vezes, só através delas é possível explicar estes comportamentos manifestados na fala bilingue.

(1) URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 56-61.

(2) Considera-se vocabulário nuclear ("core vocabulary") aquele que diz respeito, nomeadamente, às partes do corpo, religião, alimentação, vestuário, números e às actividades e instituições com especificidade cultural. Vd. SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 64 e 131.

(3) Como refere Uriel Weinreich, «if one language is endowed with prestige, the bilingual is likely to use what are identifiable loanwords from it as a means of displaying the social status which its knowledge symbolizes». In: URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 59-60.

Tem vindo a ser igualmente notado, embora estudos neste domínio nem sempre se revelem totalmente concludentes, que a frequência com que se recorre ao uso de empréstimos, bem como os níveis de integração por eles apresentados, são factores que se podem relacionar com o grau de proficiência do falante em cada um dos idiomas e com as condições que presidiram à sua aprendizagem. Assim, nos casos de bilinguismo equilibrado em que o falante revela competência semelhante nos dois sistemas, será menos frequente a tendência para o empréstimo e a interferência em geral. Acrescente-se a estas considerações que o simples facto de um bilingue estar sob *stress* ou cansado pode nele ocasionar maior propensão para o empréstimo e a interferência.

Quanto à questão da integração propriamente dita, é dado praticamente assente que a maior frequência de utilização do empréstimo lexical arrasta consigo uma maior integração fónica e morfológica na língua receptora. Estipula-se que o processo de integração de um vocábulo emprestado, depois de ter sido motivado por uma combinação dos factores que temos vindo a explorar, compreende três fases diferentes. Na primeira, o empréstimo regista-se ao nível individual do bilingue, conhecendo uma integração morfológica e fónica bastante irregular e instável. Casos há, inclusivamente, em que essa adaptação nem sequer chega a existir. Muitos dos empréstimos que proliferam na fala bilingue nunca passam desta fase inicial e são chamados, por isso, "nonce borrowings". Numa segunda fase, o empréstimo passa para o domínio da comunidade bilingue, e com a frequência do uso, vai conhecendo uma progressiva estabilização formal que redundará numa lenta integração morfológica e fónica. Estes empréstimos são denominados "established loanwords", na medida em que passam a integrar o património lexical da língua de acolhimento, tal como ela se configura na comunidade bilingue. Na última fase deste processo, e havendo uma integração formal bastante acentuada, pelo menos ao nível fonético-fonológico, o empréstimo pode passar para o discurso monolingue.

3.2. ESCOLHA DE LÍNGUAS E ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS

Depois de o termo “code-switching” (‘alternância de códigos’) ter sido cunhado por Einar Haugen em 1956 (1) para designar aquela situação em que um bilingue se socorre, no discurso proferido numa dada língua, de um vocábulo não integrado de uma outra, ele tem sido alvo de bastante fluidez conceptual, situação que, em certa medida, se encontra ainda por resolver. Esta fluidez parece dever-se, entre outros motivos, à tendência para incluir, sob a alçada da designação abrangente de “code-switching”, dois tipos de fenómenos diferentes. Um é aquele que J. J. Gumperz define como «the juxtaposition within the same speech exchange of passages of speech belonging to two different grammatical systems or sub-systems» (2), em que «the items in question form part of the same minimal speech act, and message elements are tied by syntactic and semantic relations apparently identical to those which join passages in a single language» (3), a que também se chama “conversational code-switching”; outro é aquele que diz respeito, mais propriamente, à escolha de línguas em consonância com os parâmetros situacionais extra-linguísticos que envolvem uma dada interacção verbal.

Ainda que estes dois mecanismos sejam dificilmente dissociáveis na análise linguística efectiva, como salientam vários estu-

(1) EINAR HAUGEN, *Bilingualism in the Americas: A Bibliography and Research Guide*. In: *Publications of the American Dialect Society*. Alabama (University of Alabama Press), 1956. Citado por PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg*. Oxford (Clarendon Press), 1991, p. 44.

(2) J. J. GUMPERZ, *ob. cit.*, p. 59.

(3) J. J. GUMPERZ, *The Sociolinguistic Significance of Conversational Code-switching*. In: *Working Papers of the Language Behavior Research Laboratory*, n.º 46. Berkeley (University of California), 1976. Citado por ERICA MCCLURE, *Formal and Functional Aspects of the Codeswitched Discourse of Bilingual Children*. In: *Latino Language and Communicative Behavior*. Edited by RICHARD P. DURAN. Norwood (Ablex Publishing Corporation), 1984, p. 70.

diosos (1), a verdade é que existe entre eles uma distinção teórica que será útil observar. Assim, enquanto a alternância de códigos de tipo conversacional é encarada, essencialmente, como um recurso comunicativo que poderá veicular determinados valores sociais, pragmáticos e estilísticos, na medida em que o seu uso denuncia uma violação das regras de co-ocorrência entre idioma e um dado domínio de interacção social, a escolha de línguas (“language-choice”, “code-choice” ou “choice-switching”) é um mecanismo que é usado para corresponder a uma alteração verificada nas coordenadas situacionais que envolvem a interacção, como a mudança do interlocutor, do tópico da conversa ou do local em que a mesma decorre (2).

A fim de melhor clarificarmos a relação e distinção entre a

(1) «In analysing spontaneous speech, where changes inevitably occur in the conversational situation, it is sometimes difficult to distinguish extra-sentential code-switching from an alternation of language corresponding to a change in the conversational situation». In: NORMAND LABRIE, *Code-switching: a Sociolinguistic Investigation of Italians in Montreal*. In: *The Sociolinguistics of Urban Vernaculars: Case Studies and their Evaluation*. Edited by NORBERT DITTMAR and PETER SCHLOBINSKI. Berlin (Walter de Gruyter), 1988, p. 220.

(2) Mesmo os autores que partem de uma acepção lata do termo “code-switching”, incluindo sob a sua alçada estes dois tipos de mecanismos, não deixam, contudo, de reconhecer que existe entre eles uma distinção importante. Neste sentido, Normand Labrie, por exemplo, propõe que se considerem duas grandes categorias de alternância de códigos: a extra-discursiva e a intra-discursiva. No âmbito da alternância extra-discursiva é incluído o fenómeno da escolha de línguas para além de um outro designado por “code-adoption” («code-adoption, the exclusive adoption of a particular language in a situation strongly determined by social constraints (language classroom, TV program, etc.), depends on the degree of tension in the linguistic market»). In: NORMAND LABRIE, *ob. cit.*, p. 221). No quadro da alternância intra-discursiva, categoria que corresponderá, genericamente, ao conceito de alternância conversacional supra definido, este Autor distingue, com base em critérios de natureza sintáctica, três sub-categorias diferentes. A estas últimas, originalmente propostas por Shana Poplack (in: *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL: Toward a Typology of Code-Switching*. In: *Linguistics*, n.º 18, 1980, p. 581-618), referir-nos-emos em tempo oportuno.

escolha de línguas e a alternância de códigos, reproduzimos na figura 1 um esquema ilustrativo da autoria de François Gros-

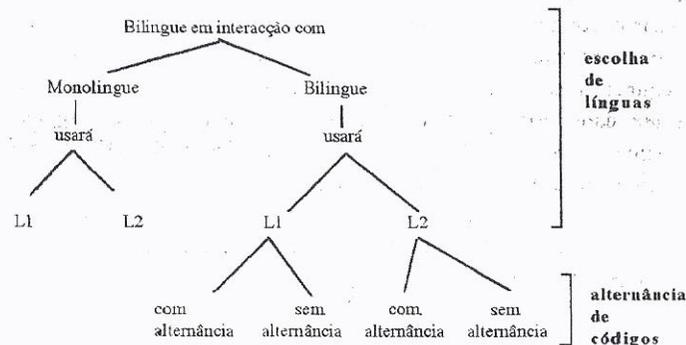


Figura 1

jean (1). Como se vê, entre estes dois tipos de fenómenos, o que apelidámos de alternância de códigos conversacional é aquele que corresponde, para este e outros investigadores, à designação de "code-switching". Será, portanto, com base nesta acepção do termo que iremos operar. Quanto à escolha de línguas, fenómeno tão intimamente associado ao de alternância, não podemos igualmente deixar que escape da nossa mira na medida em que este mecanismo constitui uma peça-chave para a compreensão das estratégias discursivas evidenciadas pela própria alternância de códigos (2).

(1) In: *ob. cit.*, p. 129.

(2) Como salienta, a propósito, Monica Heller, «multiple frames of reference, or the social separation of domains of social activity associated with different language varieties, underlies the availability of codeswitching for social and discourse effect». MONICA HELLER, *Introduction*. In: *Code-switching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Edited by MONICA HELLER. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 4-5.

3.2.1. A escolha de línguas: factores que concorrem para o seu condicionamento

Teoricamente, a escolha de línguas, fenómeno que encontra alguma afinidade com o conceito que John Gumperz designa por "situational code-switching" (1), pressuporá que nas comunidades bilingues onde se manifeste exista uma relação convencional entre o uso de cada um dos idiomas e respectivas situações de interacção. Dito de outro modo, a presença do mecanismo da escolha de línguas, numa dada comunidade bilingue, indicará que nela se assiste a algum tipo de especialização funcional dos idiomas operantes, i.e., revelará que a comunidade linguística se caracteriza por uma situação, mais ou menos acentuada, de *diglossia*. Se assim é, a compreensão do funcionamento deste mecanismo verbal requer a identificação dos parâmetros de carácter situacional que, numa dada comunidade, condicionam o uso do idioma *x* ou, ao invés, do idioma *y*.

Numerosos cientistas sociais, representantes de áreas de investigação tão diversificadas como a Sociologia da linguagem, a Psicologia social, a Antropologia e a Etnografia da comunicação, têm procurado aperfeiçoar metodologias diversas com vista ao apuramento de tais parâmetros. Destes diferentes tipos de estudos têm resultado conceitos operatórios diversos e não inteiramente coincidentes que julgamos útil explorar aqui. Assim, proveniente da Sociologia da linguagem e mormente a partir da teorização empreendida por Joshua Fishman, encontramos o conceito abrangente de *domínio social*. Os domínios, definidos

(1) Este autor define "situational code-switching" em oposição a outro conceito: "metaphorical code-switching". Este último tipo de alternância nasce de uma violação parcial das expectativas de co-ocorrência entre uso de um código e uma determinada situação discursiva, a partir da qual se gera uma inferência com uma conotação particular. Nesta medida, esta alternância visa, marcadamente, um efeito comunicativo. Em traços largos, a alternância metafórica pode ser vista como uma sub-categoria da alternância conversacional, conceito de âmbito mais lato que pode incluir também os casos de alternância que não se devem a um propósito pragmático (vd., mais adiante neste trabalho, os conceitos de "marked code-switching" e "unmarked code-switching").

pela combinação de parâmetros especificadores como o estatuto e a relação entre os interlocutores, o tópico da interacção verbal e a sua localização espaço-temporal, podem ser categorias como a família, a igreja, o círculo de amizades, a vizinhança, a escola, o círculo profissional e a administração (1). Deste modo, na óptica da Sociologia da linguagem, defende-se que cada comunidade bilingue evidenciará um padrão de escolha de idiomas que se correlacionará com domínios sociais específicos, padrão esse que indicará a maior probabilidade de o idioma *x* vir a ser utilizado na situação de interacção *y*. É, portanto, uma abordagem centrada em estruturas de natureza social, buscando a identificação de macro-categorias interacionais, como o são os domínios, a que se ligam comportamentos verbais socialmente padronizáveis.

O conceito de domínio, no entanto, tal como o definimos, manifesta alguma inoperacionalidade na análise da escolha de línguas em comunidades concretas. Os trabalhos disponíveis têm revelado que o comportamento verbal dos falantes nem sempre obedece ao condicionamento ocasionado pela combinação de todos os factores que configuram um dado domínio. Assim, é perfeitamente possível e até frequente que, por exemplo, os interlocutores *a* e *b*, encontrando-se no local *c*, no momento *d*, conversem não sobre o assunto *e*, como seria previsível, mas sobre o assunto *k*, próprio não deste, mas de outro domínio.

A observação de comportamentos como este, incompatíveis com a abrangência do conceito de domínio, tem conduzido numerosos investigadores a privilegiar uma análise, mais minuciosa, por parâmetros. Joan Rubin, por exemplo, nos seus estudos sobre a escolha de línguas no Paraguai desenvolveu um esquema de representação (2), que reproduzimos na figura 2,

(1) É necessário ter em atenção que «no fixed set of domains can be posited a priori for all speech communities, since the set of activities that will constitute a cluster of purpose, role-relations, and setting will be culture-specific». In: MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication*. Oxford (Basil Blackwell), 1984, p. 53.

(2) Cf. JOAN RUBIN, *Bilingual Usage in Paraguay*. In: *Readings in the Sociology of Language*. Edited by Joshua Fishman, 1968, p. 526.

conhecido como “decision tree” no qual identifica os parâmetros mais relevantes que condicionam ora o uso do Espanhol, ora o do Guarani.

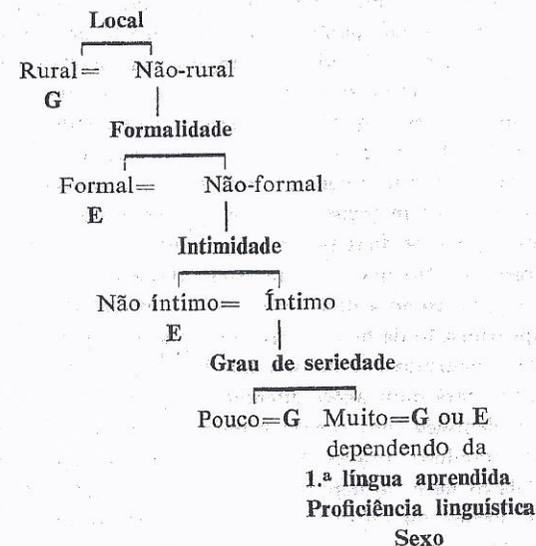


Figura 2

Ainda que, em última análise, árvores decisórias deste tipo acabem por evidenciar um conjunto de parâmetros que, combinados, originam a escolha de uma língua e não da outra, configurando, desta forma, domínios, este modo de representação não deixa, igualmente, de chamar a atenção para o facto de serem, por vezes, apenas um ou dois parâmetros a condicionarem, de forma decisiva, uma escolha de código linguístico. Igualmente relevante afigura-se-nos o facto de aparecerem nesta árvore parâmetros que se prendem com a própria apreciação que os falantes individuais farão de cada situação de interacção, como o seu grau de intimidade, seriedade e até formalidade. Compreende-se, deste modo, que a escolha de línguas é um mecanismo que poderá relacionar-se, não só com as condições objectivas que definem a

situação de interação, mas também com condicionamentos de natureza subjectiva.

Destes últimos tem-se ocupado, fundamentalmente, a Psicologia social. Assim, alguns modelos teóricos dirigidos para o apuramento de tais parâmetros subjectivos foram desenvolvidos, sendo o mais conhecido, de entre estes, a "accommodation theory" (1) de Howard Giles e seus colaboradores. Em síntese, este modelo prevê que os sujeitos sociais tenderão a ajustar (i.e., acomodar) o seu comportamento (sendo a produção verbal uma das suas manifestações), com vista à expressão de determinados valores e intenções aos seus interlocutores e, nessa medida, seguirão uma de duas possíveis estratégias: a convergência ou a divergência. No que toca ao comportamento verbal, a convergência é, tal como a designação indica, um processo que consiste na aproximação da fala de um dado locutor *a*, por meio de certas opções linguísticas, à do seu interlocutor *b*. O recurso a esta estratégia terá motivações diferentes: *a* poderá querer indicar a *b* que se identifica com as suas atitudes, crenças e comportamentos, demonstrando-o através da aproximação das características da sua fala às de *b*; *a*, depois de ter avaliado os atributos (psicológicos, sociais ou outros) de *b*, decide encetar um processo de convergência verbal com vista à obtenção de uma recompensa que julga *b* capaz de lhe proporcionar. A divergência, por seu turno, é, essencialmente, uma estratégia de demarcação e, tal como a convergência, pode dever-se a diferentes tipos de motivações: *a*, identificando-se com um grupo do qual *b* não é membro, e querendo demonstrar fidelidade a esse mesmo grupo e até alguma hostilidade para com o grupo de *b*, divergirá, deliberadamente, da fala de *b*; *a*, avaliando as atitudes manifestadas por *b* como ofensivas, ameaçadoras, condescendentes ou paternalistas, reagirá por meio de opções linguísticas divergentes das de *b*.

Esta abordagem reflecte, naturalmente, o papel primordial

(1) Vd. HOWARD GILES e PHILIP SMITH, *Accommodation Theory: Optimal Levels of Convergence*. In: *Language and Social Psychology*. Edited by HOWARD GILES and ROBERT ST. CLAIR. Oxford (Basil Blackwell), 1979, p. 45-65.

desempenhado por cada uma das línguas em contacto como receptáculos de sistemas de valores característicos e identificadores de certos grupos sócio-culturais, dimensão do fenómeno da escolha de línguas que tem sido mais sistematicamente estudada pela Antropologia linguística (1). Investigadores como Susan Gal (2), Jan Petter Blom e John Gumperz (3), desenvolvendo trabalho em diferentes comunidades bilingues, revelam que, apesar das suas especificidades, existem algumas tendências comuns.

Neste sentido, John Gumperz (4) postula que, numa situação de contacto de línguas, um dos idiomas funcionará, quase sempre, como o "we-code", enquanto o outro terá o estatuto de "they-code". Ao "we-code", idioma minoritário frequentemente ligado a uma especificidade étnica, são associados valores que se prendem com as características particulares e individualizadoras do "in-group". É preferencialmente usado em momentos marcados pela informalidade e, regra geral, restringe-se à comunicação que ocorre dentro do grupo bilingue. O "they-code", ao inverso, é o idioma maioritário, marcado por maior prestígio social, ao qual se associam os valores culturais dominantes no "out-group". Nas relações com os membros monolíngues deste, é o "they-code" que é, naturalmente, preferido.

(1) Como esclarece Ralph Fasold, «anthropologists are most interested in discovering the values of a sociocultural group, and the cultural rules of behavior that reveal those values. Like the social psychologist, the anthropologist is interested in how the individual speaker is dealing with the structure of his society, but not in terms of his own psychological needs so much as how that person is using his language choices to reveal his cultural values». In: RALPH FASOLD, *The Sociolinguistics of Society*. Oxford (Basil Blackwell), 1984, p. 192.

(2) Cf. desta Autora, *Variation and Language in Patterns of Speaking: Language Shift in Austria*. In: *Linguistic Variation: Models and Methods*. Edited by D. SANKOFF, New York (Academic Press), 1978, p. 227-238 e *Language Shift: Social Determinants of Linguistic Change in Bilingual Austria*. New York (Academic Press), 1979.

(3) Vd., por exemplo, JAN PETTER BLOM e J. J. GUMPERZ, *Social Meaning in Linguistic Structure*. In: *Directions in Sociolinguistics. The Ethnography of Communication*, Edited by J. J. GUMPERZ and D. HYMES, Oxford (Basil Blackwell), 1986, p. 407-434.

(4) Vd. do Autor, *Discourse Strategies (...)*, p. 66.

Vistos todos estes aspectos, compreende-se em que medida uma análise do mecanismo da escolha de línguas beneficiará do recurso a contributos teóricos diferentes. Ancoradas nesta perspectiva, recentes linhas de investigação, como a Etnografia da comunicação (1), têm vindo a assumir esta vasta interdisciplinaridade como um imperativo.

3.2.2. *A alternância de códigos: algumas questões formais*

Retomemos a definição de alternância de códigos inicialmente apresentada por John Gumperz (2) e reiterada, de resto, com formulações similares, por tantos outros autores. A esta definição são frequentemente acrescentadas duas precisões. Em primeiro lugar, afirma-se que nas sequências de interacção verbal onde se regista a alternância de códigos, não se verificam, em princípio, pausas de hesitação, alterações de ritmo frásico ou contornos melódicos que indiquem a transição para outro código. Isto evidencia que a passagem é feita de forma natural e fluida, não envolvendo uma decisão ponderada por parte do locutor, o que parece indicar que as normas de natureza social que governam o uso do mecanismo se assemelham a regras de tipo gramatical. Assim, o falante limita-se a seleccionar, sem ponderar explicitamente a sua escolha, uma forma de expressar a sua mensagem, entre as várias possíveis que se encontram depositadas no seu repertório linguístico geral.

Estudos mais recentes sobre o fenómeno têm revelado, contudo, que nem sempre esta passagem de um código para o outro é assim tão natural, sendo estes casos de alternância frequentemente denominados "flagged switches". Para Shana Poplack e D. Sankoff (3) o "flagged switch" pode ser uma das várias estra-

(1) Cf., por exemplo, MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Speaking*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. I. Edited by ULRICH AMMON, NORBERT DITTMAR and KLAUS J. MATTHEIER. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 660-671.

(2) Vd. p. 94 do presente trabalho.

(3) SHANA POPLACK e DAVID SANKOFF, *Code-switching*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*,

tégias utilizadas pelo locutor para evitar a agramaticalidade do enunciado em que se produziu uma alternância que, de algum modo, viola as restrições sintácticas que presidem à sua ocorrência.

Em segundo lugar, ao contrário do que fazia prever a formulação de Einar Haugen que começámos por apresentar (1), a sequência alternada é passível de ter uma extensão muito variada, que pode ir desde a palavra isolada, até frases inteiras. Como veremos adiante, a dificuldade que se prende com a distinção entre alternância de códigos e interferência lexical ou empréstimo reside precisamente nestas sequências curtas de estatuto frequentemente ambíguo, compostas por uma palavra isolada.

A alternância de códigos, assim definida, tem vindo a ser estudada de acordo com duas perspectivas diferentes. Por um lado, alguns, na esteira das investigações desenvolvidas por linguistas como D. Sankoff, Shana Poplack, Ellen Woolford, R. Singh e Pieter Muysken, têm feito recair a sua atenção na exploração das restrições de natureza gramatical e, particularmente, sintáctica que condicionam o fenómeno. Por outro lado, na sequência da tradição estabelecida por John Gumperz, tem-se desenvolvido uma vertente de observação do fenómeno centrada nas suas funções pragmáticas e sociais. Iremos, já de seguida, explorar as contribuições de cada uma destas correntes de investigação para a compreensão da alternância de códigos.

3.2.2.1. *Funções e motivações da alternância de códigos: a tradição pragmática*

Como tivemos oportunidade de explicitar, no quadro da tradição que, genericamente, se tem chamado pragmática, o mecanismo da alternância de códigos funciona, na fala bilingue, fundamentalmente como uma estratégia discursiva. É necessário realçar, todavia, que esta função é propiciada pelo facto de cada um dos idiomas em presença se encontrar associado a determina-

vol. II. Edited by ULRICH AMMON, NORBERT DITTMAR and KLAUS J. MATTHEIER. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 1176-1177.

(1) Vd. p. 94 do presente trabalho.

dos valores simbólicos cuja raiz é social e atitudinal. Deste modo, compreende-se a pertinência, para um estudo que esteja vocacionado para a exploração desta vertente do fenómeno, em atender, por um lado, à forma como se encontra estruturada a comunidade bilingue e, por outro, às atitudes que revelam os falantes em relação a cada um dos idiomas de que dispõem.

Assim, se é verdade que a especialização funcional e simbólica de cada um dos idiomas é uma expressão dos critérios que presidem à escolha de línguas de acordo com as condições inerentes às diversas situações de interacção, também o é que ela constitui a base para a determinação de certos valores pragmáticos associados à própria alternância de códigos. Nesta perspectiva, e na medida em que cada um dos idiomas é visto como o receptáculo de uma gama de valores específicos, o uso de um implica a veiculação de informação diferente daquela que comportará o uso do outro. Se partirmos de uma concepção que aceita como relevante para a comunicação linguística, não só aquilo que é dito, como a *forma* que é escolhida para o dizer, compreendemos que, na interpretação das sequências discursivas que recorrem à alternância, os interlocutores ponderam e conjugam, não só o valor referencial dos signos, como também o valor daquilo que é implicado pelo uso dos códigos alternados. Dentro desta perspectiva, a actividade interpretativa exigirá aos interlocutores, mais do que o simples reconhecimento de estruturas linguísticas familiares, a capacidade de inferir correctamente a nem sempre explicitada intencionalidade subjacente às palavras proferidas (1).

(1) É preciso ter em conta, no entanto, que nem todos os investigadores estão de acordo quanto à presença de um valor pragmático em cada caso de alternância de códigos. Desta forma, salvaguarda-se que, embora a alternância conversacional seja uma forma de veicular um tipo de informação que ultrapassa o valor referencial do que, num determinado idioma, está a ser dito, isto não significa que seja sempre possível ao investigador, e até aos próprios bilingues, precisar exactamente de que natureza é essa informação. Se observarmos, a título de exemplo, situações onde o bilinguismo é uma condição relativamente recente, como é o caso de algumas comunidades imigrantes, verificamos que pode não ter havido ainda tempo para o estabelecimento de associações estáveis entre valores extra-linguísticos e os idiomas em presença.

Estudiosos, no entanto, como M. Clyne, têm identificado casos de alternância cuja ocorrência parece não se dever mesmo a motivações discursivas. Neste sentido, encontrar-se-á um certo tipo de "code-switching" ocasionado por razões de natureza estritamente linguística, que se prendem com a presença, numa frase, de um item lexical que, à primeira vista, poderá pertencer a qualquer um dos idiomas conhecidos pelo locutor. Assim, a actualização desse item pelo falante bilingue desencadeia uma alternância do código até esse momento usado, levando-o a prosseguir a sua locução no outro (1). Para além de todos estes aspectos, Peter Auer chama, igualmente, a nossa atenção para outro facto de bastante relevância:

«members of the bilingual community may have diverging language preferences and competences, leading to preference-related code alternation» (2).

Pese embora a necessidade de não se preterir, em estudos sobre a alternância de códigos, a consideração do tipo de factores que acabámos de enunciar, a verdade é que este mecanismo verbal não se reduz nem se explica com base apenas neles. Com efeito, os dados conhecidos desmentem que a alternância tenha

(1) Este fenómeno, a que M. Clyne (*Transference and Triggering*. The Hague, Martinus Nijhoff, 1967 — referência encontrada em SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 206 —) atribuiu a designação de "triggering", é interpretado por R. Jakobson (*Anticipatory Embedding and Imaginary Content: Two Newly Identified Codeswitching Variables*. In: *Swallow VII: Bilingual and Biliterate Perspectives*. Edited by A. G. LOZANO, Boulder, University of Colorado, 1978, p. 16-25 — referência encontrada em PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 183 —) como um processo de economia de esforço, utilizado pelos falantes bilingues como uma forma de evitar "excessivas" alternâncias. Ainda a propósito das características formais ligadas a este tipo de alternância, Suzanne Romaine precisa que «the switch may be made before a trigger word in anticipation of it (i.e. 'anticipational switching'), or more usually after it (i.e. 'consequential switching')» (in: SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 206).

(2) In: PETER AUER, *ob. cit.*, p. 77. Ainda a propósito da importância deste factor, salienta Penelope Gardner-Chloros, «the speaker's linguistic competence is a factor which must come before his motivations, for you can only exercise a choice to the extent that you can speak both varieties sufficiently to have an alternative». In: *ob. cit.*, p. 179.

na sua origem, fundamentalmente, a pouca proficiência linguística dos falantes que a ela recorrem, as suas preferências idiomáticas ou motivações estritamente linguísticas. Embora factores como estes possam até determinar alguns casos de ocorrência, é hoje consensual, entre os membros da comunidade científica, que o fenómeno funciona, essencialmente, como um recurso discursivo com incidência nos planos de significação social e pragmática (1). Neste sentido, as tendências de investigação mais recentes evidenciam uma posição equilibrada que pretende conjugar e conciliar a vasta gama de factores que concorrem para a explicação do fenómeno.

Em consonância com esta tendência, Carol Myers-Scotton propõe um modelo de análise da alternância de códigos, o "markedness model" (MM), que assenta na aferição das situações em que ela funciona como uma estratégia marcadamente discursiva ("marked") face às situações em que ela é simplesmente a expressão de uma norma de interacção, entre outras, aceite pela comunidade em questão ("unmarked"). Nesta perspectiva, a alternância não marcada funcionará quase como um "outro" código, alternativo aos que os falantes bilingues já dispõem, sendo a sua ocorrência largamente determinada por factores semelhantes àqueles que condicionam a escolha das línguas disponíveis no seu repertório linguístico. Uma alternância marcada, ao invés, surgirá da quebra da relação esperada e acordada pela comunidade entre norma de uso linguístico e situação discursiva, que, pelos valores associados aos respectivos idiomas, arrastará consigo uma redefinição do estatuto dos interlocutores num dado momento de interacção (2). Assim, como precisa a

(1) Mesmo os investigadores cujo trabalho se tem centrado, fundamentalmente, nas constricções gramaticais (sintácticas) que regulam a alternância de códigos, têm demonstrado prontidão em admitir a relevância das suas funções pragmáticas: «while there is no doubt that functional factors are the strongest constraints on the occurrence of code-switching, it is clear that linguistic factors also play a role». (IN: SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 585).

(2) Observe-se a semelhança entre o conceito de "alternância marcada" e o de "alternância metafórica" avançada por J. J. Gumperz.

Autora, «a marked choice is a negotiation to change the social distance» (1).

O modelo proposto por Carol Myers-Scotton parece-nos bastante produtivo para a explicação pragmática deste fenómeno (2), tanto mais que se inspira na proposta de Paul Grice sobre o funcionamento de um certo tipo de inferências discursivas, i.e., as *implicaturas conversacionais* (3). Na perspectiva de Paul Grice, estas geram-se através da observação ou derrogação, por parte dos interlocutores, de certas *máximas conversacionais* (4)

(1) CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections between Social Motivations and Structural Processing in Codeswitching*. In: *Papers for the Workshop on Constraints, Conditions and Models*. London, 27-29 September 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 62.

(2) Partilhamos, deste modo, da opinião de Penelope Gardner-Chloros: «two models which provide promising avenues for doing this [a análise pragmática da alternância de códigos] are Scotton's markedness model which distinguishes between switches which in themselves carry a social or other significance (...) and those which do not (...) because they are part of a code-switching mode accepted in the community; and secondly Grice's conversational implicatures which provide a framework for analysing the pragmatic impact of monolingual conversations which could usefully be extended to bilingual ones». In: *Levels of Explanation in the Analysis of Code-switching: Some Practical Problems and a Taxonomy*. In: *Papers for the Workshop on Concepts, Methodology and Data*, Basel, 12-13 January 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 97.

(3) As implicaturas conversacionais opõem-se, no universo conceptual de Paul Grice, a outro tipo de implicaturas, as convencionais: «in addition (...) to conversational implicatures i.e., those calculated on the basis of the maxims, Grice envisaged an entirely different kind of non-truth-conditional inferences, namely *conventional implicatures*. Conventional implicatures are non-truth-conditional inferences that are *not* derived from superordinate pragmatic principles like the maxims, but are simply attached by convention to particular lexical items or expressions». In: STEPHEN C. LEVINSON, *ob. cit.*, p. 127.

(4) As máximas conversacionais identificadas por Paul H. Grice são: 1 — a máxima da *quantidade*: «make your contribution as informative as required (...). Do not make your contribution more informative than is required»; 2 — a máxima da *qualidade*: «do not say what you believe to be false. Do not say that for which you lack adequate evidence»; 3 — a máxima da *relação*: «be relevant»; 4 — a máxima da *maneira*: «avoid obscurity of

que, por sua vez, se articulam com o seu conhecido *princípio de cooperação*:

«make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged» (1).

Em traços muito gerais, Grice advoga que, se o princípio da cooperação estiver a ser observado numa interacção que decorre entre dois interlocutores [L(ocutor) e I(nterpretador)], i.e., se os interlocutores assumirem uma postura de boa fé no acto comunicativo, será possível a ambos não só gerar implicaturas conversacionais, como desenvolver os cálculos interpretativos necessários para identificar o seu significado (2). Para gerar uma implicatura conversacional é necessário ao L(ocutor) partir de alguns pressupostos. Assim, L, ao dizer *p*, implicou conversacionalmente *q* se, e só se:

- (i) se supõe que L observa as máximas conversacionais, ou, no caso de optar por derrogá-las, observa, pelo menos, o princípio da cooperação;

expression. Avoid ambiguity. Be brief (...). Be orderly». (Todas as citações encontram-se in: *Logic and Conversation*. In: *Syntax and Semantics*, vol. 3. Edited by PETER COLE and JERRY C. MORGAN. New York (Academic Press), 1975, p. 45-46).

(1) PAUL GRICE, *ob. cit.*, p. 45.

(2) Este significado será sempre, na óptica de Paul H. Grice, *não-natural* ("meaning-*nn*"). Por significado não-natural (ou *querer dizer não-natural*) Grice entende «um significado que não depende exclusivamente das palavras, mas da intenção comunicativa do locutor ao enunciá-las. Assim, um locutor quer dizer algo com um determinado enunciado, se, e só se, tem a intenção de com ele causar no alocutário um qualquer efeito que pode ser alcançado por meio da mera compreensão do alocutário da intenção do locutor em causar esse efeito». In: *Dicionário de termos linguísticos*, vol. I. Organizado por MARIA FRANCISCA XAVIER e MARIA HELENA MIRA MATEUS, Lisboa (Edições Cosmos), 1990, p. 332. Assim, e nas palavras do próprio Autor, «"A quis dizer *NN* algo com *x*" é sensivelmente equivalente a "A enunciou *x* com a intenção de induzir uma crença por meio do reconhecimento dessa intenção"». In: PAUL H. GRICE, *Querer dizer*. In: *Linguagem e acção — da filosofia analítica à Pragmática linguística*. Organizado por JOSÉ PINTO DE LIMA, Lisboa (Apaginastantas), 1983, p. 99.

- (ii) se supõe que L pensa que *q* (condição necessária para se manter a suposição anterior);
- (iii) L pensa que tanto L como I sabem que I será capaz de reconhecer que, para preservar a suposição de (i), será necessário recorrer a *q*.

Por outro lado, para calcular a implicatura conversacional *q*, é necessário ao I(nterpretador) a ponderação das seguintes informações:

- (i) o significado convencional da frase proferida, i.e., o valor referencial das expressões utilizadas;
- (ii) o princípio da cooperação e respectivas máximas conversacionais;
- (iii) o contexto linguístico e extra-linguístico que envolve a frase proferida;
- (iv) itens do seu saber sócio-cultural;
- (v) que (i) a (iv) são informações partilhadas por L e I.

Conhecidos estes factos, a implicatura é calculada por I seguindo os passos que agora apresentamos:

- (i) L disse que *p*;
- (ii) não há razão para acreditar que L não esteja a observar as máximas e/ou o princípio da cooperação;
- (iii) se L, observando as máximas e/ou o princípio da cooperação, está a dizer que *p*, então L deve pensar que *q*;
- (iv) L deve partir do princípio que tanto L como I sabem que *q* está suposto se L está a observar o princípio da cooperação;
- (v) L não fez nada que impedisse I de pensar *q*;
- (vi) assim, L pretende que I pense que *q*, e ao dizer *p*, implicou *q* (1)

Considerados os princípios que sustentam o pensamento de Paul H. Grice sobre as implicaturas conversacionais, vejamos

(1) Cf. PAUL H. GRICE, *Logic and Conversation (...)*, p. 49-50 e STEPHEN C. LEVINSON, *ob. cit.*, p. 113-114.

então de que modo Carol Myers-Scotton deles se socorre na construção do seu próprio "markedness model". Em primeiro lugar, a Autora cria um conceito análogo e complementar (1) ao princípio de cooperação a que chama o *princípio da negociação*, defendendo a seguinte distinção entre ambos:

«while Grice's principle and its associated maxims lead speakers to the understanding of the intended *referential* content of utterances, the Negotiation Principle and its maxims encapsulate the human predisposition to use code choices as implicating *intentional* content about presentations of self and/or perceptions of rights and obligations holding between self and others» (2).

Este princípio enunciado por Carol Myers-Scotton sustenta-se numa concepção dos fenómenos da alternância de códigos e da própria escolha de línguas, em que o valor simbólico de cada código é conferido pelo seu papel como indiciador de um conjunto de direitos e deveres dos interlocutores ("rights and obligations set" = "RO set") (3). Deste modo, o princípio da negociação dita aos interlocutores:

«choose the form of your conversational contribution such that it symbolizes the set of rights and obligations which

(1) «The premise of Scotton is that in addition to relying on the cooperative principle, its associated maxims, and the conversational implicatures which they generate in understanding the content of what is said, speakers use a complementary negotiation principle to arrive at the relational import of a conversation». In: CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Edited by MONICA HELLER, Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 151.

(2) CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections (...)*, p. 58.

(3) Naturalmente, a associação entre os códigos e os respectivos "RO sets" é acordada entre os membros da comunidade bilingue, sendo, portanto, uma associação convencional. Como salienta a Autora, «speakers have tacit knowledge of this indexicality as a part of their communicative competence». In: CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 152.

you wish to be in force between speaker and addressee for the current exchange» (1).

Tal como no modelo de Paul Grice, também ao princípio geral enunciado pelo "markedness model" se associa uma série de máximas que, no entender de Carol Myers-Scotton, são suficientes para explicar todos os tipos de alternância de códigos: a máxima da escolha sequencial não marcada (2), a máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada (3), a máxima da escolha marcada (4) e a máxima da escolha exploratória (5). De todas estas, só a máxima da escolha marcada prevê um comportamento linguístico "transgressor" relativamente ao que, numa dada comunidade bilingue, é sentido como social e comunicativamente inócuo. Dito isto, concluir-se-á que, através da observação de qualquer uma das restantes três máximas, o locutor bilingue indica ao alocutário que está disposto a funcionar, dentro da interação verbal, com base num "RO set" neutral.

Importante será evidenciar que, neste modelo, a oposição entre escolha marcada e não marcada não se apresenta como absoluta, uma vez que «markedness is a gradient concept; that is, some code choices are more unmarked than others for a given

(1) CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 151.

(2) Esta máxima dita aos locutores: «make the unmarked code choice when you wish to establish or affirm the unmarked rights and obligations set associated with a particular conventionalized exchange». In: CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 160.

(3) De acordo com esta máxima, os locutores bilingues deverão «maintain a pattern of switching between codes when the unmarked (and preferred) rights and obligations balance between participants is that indexed by both codes, not one» (in: CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections (...)*, p. 60).

(4) Esta máxima estabelece o seguinte: «switch to a marked choice in order to negotiate a different rights and obligations balance between participants than the one indexed by the unmarked choice» (in: CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections (...)*, p. 60).

(5) No âmbito desta máxima, estabelece-se que «in less conventionalized interactions, use code switching to propose different codes as indices of possible rights and obligations balance for the interaction» (in: CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections (...)*, p. 60).

RO set» (1). Sendo assim, os locutores, aprendendo a usufruir das potencialidades oferecidas pelas línguas que conhecem através da sua experiência conversacional, interiorizarão um “markedness metric” no qual se organizarão os seus recursos verbais de acordo com a força comunicativa que estes manifestam em cada situação de interacção. Uma “régua” deste tipo consistirá num instrumento imprescindível para o falante bilingue, na medida em que o orientará nas escolhas de códigos consoante os efeitos discursivos pretendidos.

Quanto aos efeitos discursivos produzidos pelo recurso à alternância de códigos (especialmente quando esta é, na terminologia deste modelo, uma escolha marcada), estes podem ser bastante variados, como evidenciam os trabalhos que têm sido desenvolvidos com base em comunidades bilingues diferentes (2). Ao contrário de Carol Myers-Scotton, os autores da maior parte destes estudos não se têm socorrido de modelos de análise tão elaborados, limitando-se, muitos deles, a uma inventariação, fre-

(1) CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections (...)*, p. 59.

(2) Empreendemos, num trabalho elaborado com base num corpus bilingue mirandês-português, uma apreciação crítica do modelo de Carol Myers-Scotton, no qual explorámos alguns efeitos discursivos produzidos pelo recurso ao mecanismo da alternância de códigos. Em síntese, nesse trabalho defendemos que «existem, fundamentalmente, dois tipos de “markedness” que podem ser sinalizados pelos recursos linguísticos em situações de interacção entre falantes bilingues. O primeiro é de natureza eminentemente social e liga-se, obviamente, à necessidade de negociação de determinados “RO sets” entre os interlocutores, processo que presidirá sempre a cada um dos actos conversacionais. Neste caso, o grau de “markedness” social que se obtém pela escolha dos recursos linguísticos disponíveis (L1, L2 ou alternância entre L1 e L2) resulta directamente e em primeira mão da observação ou derrogação das máximas conversacionais propostas por Carol Myers-Scotton, cujo poder operativo releva do princípio da negociação. Já o segundo tipo de “markedness” é, essencialmente, de carácter estilístico-discursivo. Este, em nossa opinião, reúne condições para ser accionado quando os falantes bilingues operam com base num “RO set” resultante da observação de qualquer máxima que conduza à sinalização de um posicionamento social *neutral*». Cf. CRISTINA MARTINS, *Expressões de marginalidade e de periferia nos comportamentos verbais. A alternância de códigos exemplificada pelo discurso bilingue mirandês-português*. In: *Discursos*, n.º 10, 1995, p. 135.

quentemente não hierarquizada, dos efeitos encontrados. É, aliás, recorrente, nestas inventariações, a consideração, não só dos efeitos discursivos propriamente ditos, mas também dos conjuntos de factores extra-discursivos que cada autor considera estarem na origem do seu uso. Penelope Gardner-Chloros, numa tentativa de sintetizar as contribuições mais relevantes que têm sido propostas neste domínio, elaborou um útil quadro (1) onde explana e compara os padrões, as funções e os factores que têm sido vistos como decisivos, não só no recurso à alternância de códigos, como também à escolha de línguas (vd. este quadro em anexo).

3.2.2.2. As restrições sintáticas da alternância de códigos

Vistas as múltiplas questões que se prendem com a observação do fenómeno da alternância de códigos à luz dos pressupostos da tradição pragmática, passemos agora, brevemente, em revista os principais aspectos ligados ao seu estudo gramatical.

Em primeiro lugar, será útil recorreremos a uma tipologia largamente difundida do fenómeno, proposta por Shana Poplack (2), que se estabelece de acordo com a localização sintáctica em que se processa a alternância de um código para o outro. Nesta perspectiva, a alternância pode ser dos seguintes tipos:

- i. *interfrásica*: quando a alternância se verifica na passagem de uma frase para outra (3);
- ii. *intrafrásica*: quando a alternância se processa num ponto determinado no interior de uma única frase. Este tipo que também se encontra referido como “code-mixing”,

(1) In: PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Levels of Explanation in the Analysis of Code-switching (...)*, p. 95 e *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 180. Reproduzimos, em anexo, este quadro que intitulámos *Padrões, funções e principais factores determinantes da escolha de línguas e da alternância de códigos*.

(2) SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*.

(3) De acordo com Suzanne Romaine, «it may also occur between speaker turns». In: SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 112.

abarca, no entender de Suzanne Romaine, as situações em que há alternância no interior das fronteiras do vocábulo mórfico (1);

- iii. "tag-switching": quando a sequência alternada é uma interjeição, bordão linguístico ou até um substantivo isolado. Como afirmam René Appel e Pieter Muysken, este tipo de alternância funciona como «an emblem of the bilingual character of an otherwise monolingual sentence» (2). É, no entanto, esta característica que tem conduzido alguns estudiosos, como Gumperz, a não considerar este tipo como um verdadeiro caso de "code-switching". Nesta perspectiva, estas alternâncias são avaliadas como «an emblematic part of the speaker's monolingual style» (3).

Importante será, desde já, realçar que a Autora desta tipologia, centrando a sua atenção no estudo gramatical da alternância de códigos, não deixa, por isso, de atender aos factores extralinguísticos que propiciam o recurso, por parte dos falantes bilingues, a um ou a outro dos tipos aqui identificados. Neste sentido, Shana Poplack evidencia que factores como sexo, idade de aquisição de L2, proficiência linguística, instrução, identidade étnica, local de trabalho, intensidade do contacto com membros monolíngues do idioma minoritário e tipo de rede social a que os falantes pertencem se relacionam com os seus padrões de preferências de "code-switching", em termos de tipo sintáctico (4).

Ora, de entre estes três tipos de alternância, é a intrafrásica

(1) SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 113.

(2) RENÉ APPEL e PIETER MUYSKEN, *Language Contact and Bilingualism*. London (Edward Arnold), 1987, p. 118.

(3) SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 589.

(4) Sem procurar aqui uma descrição detalhada dos resultados obtidos por Shana Poplack na comunidade anglo-hispânica que estudou, limitar-nos-emos a referir que os seus dados revelam uma correlação inequívoca entre os factores que, preferencialmente, conduzem a uma proficiência equilibrada nos dois idiomas por parte dos bilingues e a sua maior tendência para o recurso à alternância intrafrásica.

a mais complexa do ponto de vista da estrutura sintáctica, sendo a que, por isso, requer o maior domínio e proficiência do bilingue em relação aos idiomas que manipula, ao contrário do que fazia supor Uriel Weinreich ao produzir a seguinte afirmação:

«the ideal bilingual switches from one language to the other according to appropriate changes in the speech situation (interlocutors, topics, etc.), but not in an unchanged speech situation, and certainly not within a single sentence» (1).

Este tipo de alternância, dada a sua complexidade sintáctica, motivou a construção de dois grandes modelos teóricos que concorrem para a sua explicação. Ambos assentam no pressuposto de que é possível elaborar uma gramática universal, que estabelecerá as regras que governam todos os casos de alternância intrafrásica em todas as situações de contacto de línguas.

As duas grandes teorias gramaticais que informam os modelos referidos são a "context-free grammar" e o "government and binding". D. Sankoff e Shana Poplack (2), no quadro da "context-free grammar", construíram um modelo de análise que assenta em dois tipos de restrições fundamentais, a saber:

- i. a *restrição do morfema livre* ("free-morpheme constraint") que prevê que «codes may be switched after any constituent in discourse provided that constituent is not a bound morfeme», sendo que «this constraint holds true for all linguistic levels but the phonological» (3);
- ii. a *restrição da equivalência* ("equivalence constraint") que prevê que «code-switches will tend to occur at points in

(1) URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 73.

(2) D. SANKOFF e SHANA POPLACK, *A Formal Grammar for Code-switching*. In: *Papers in Linguistics*, n.º 14, 1981, p. 3-46. Referência encontrada em SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 115.

(3) SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 585-586. De uma forma, porventura, mais clara, esta restrição poderá ser parafraseada do seguinte modo: «a switch may not occur between a bound morpheme and a lexical form unless the lexical form has been phonologically integrated into the language of the morpheme». In: SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 115.

discourse where the juxtaposition of L1 and L2 elements does not violate a syntactic rule of either language, i.e. at points around which the surface structures of the two languages map onto each other» (1).

Tendo esta última restrição em conta, compreendemos que a alternância intrafrásica se encontra facilitada em situações em que as línguas em contacto apresentam grandes afinidades estruturais entre si, na medida em que partilham algumas categorias gramaticais. Observemos o seguinte exemplo (2) com uma frase em inglês e em espanhol:

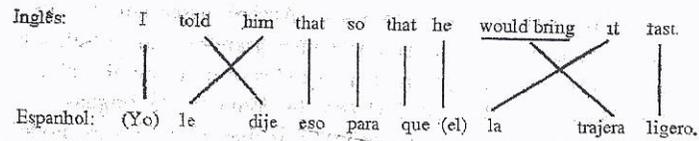


Figura 3

Nele verificamos que há determinados pontos em que a ordem estrutural das palavras na frase é equivalente nas duas línguas, enquanto há outros em que esta ordem difere. De acordo com a restrição da equivalência, só nos pontos assinalados por uma linha recta é que se poderia dar uma alternância do inglês para o espanhol e vice-versa.

Quanto ao modelo que ancora nas noções gramaticais de “government and binding”, defendido, entre outros, por Ellen Woolford (3), este baseia-se numa série de restrições sintáticas que, no entanto, obedecem todas ao mesmo princípio geral: «whenever constituent X governs Y, both constituents must be drawn from the same language» (4). De acordo com este princí-

(1) SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 586.

(2) Exemplo retirado de SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 586.

(3) ELLEN WOOLFORD, *ob. cit.*, p. 520-536.

(4) RENÉ APPEL e PIETER MUYSKEN, *ob. cit.*, p. 124.

pio, elementos como os “tags”, interjeições e grande parte dos advérbios, são os que mais facilmente poderão sofrer alternância. Não obstante, é possível explicar, dentro deste modelo, a ocorrência de alternâncias de outro tipo. Com a finalidade de clarificar o seu modo de funcionamento, atendamos a um esquema (figura 4), adaptado de Ellen Woolford (1), que pretende representar a forma como interagem as estruturas gramaticais das línguas envolvidas numa situação de alternância de códigos. Em tra-

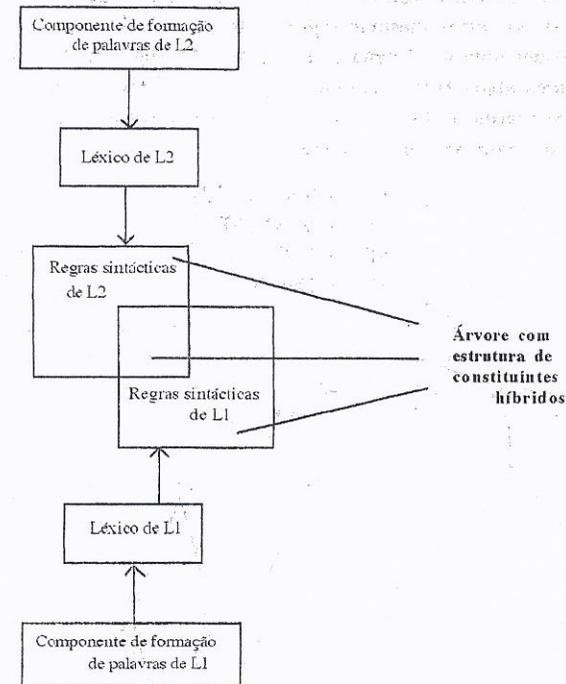


Figura 4

ços gerais, este esquema traduz um processamento verbal em que as regras sintáticas de cada um dos idiomas funcionam de forma

(1) ELLEN WOOLFORD, *ob. cit.*, p. 523.

independente na geração de cada parte da frase com alternância de códigos, não havendo necessidade de se considerar a existência de outras regras pertencentes a uma hipotética gramática especificamente bilingue.

Deste modo, os nós gerados por regras que sejam específicas de cada um dos idiomas só poderão ser alimentados pelos itens lexicais que a cada um pertencem. A zona de intersecção que se revela nesta representação diz respeito às regras sintácticas comuns aos dois idiomas, sendo, portanto, possível alimentar os nós gerados por essas mesmas regras, com itens lexicais pertencentes a qualquer uma das línguas. Tais condições legitimam a atestada gramaticalidade de frases como a que é representada na figura 5 (1), onde se regista a alternância entre o inglês e o espanhol, idiomas que partilham as seguintes regras:

F → SN Aux SV
 SV → V SN SP
 SP → P SN
 SN → Det N'

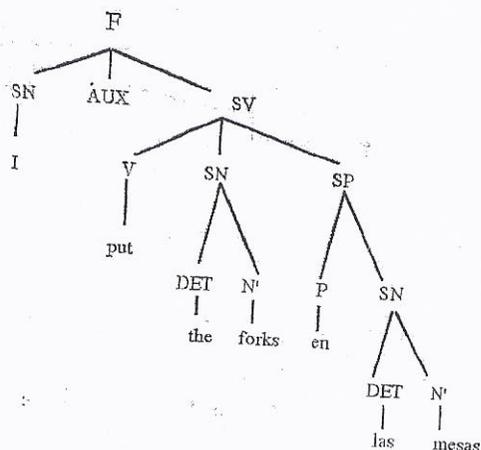


Figura 5

(1) Adaptada a partir de ELLEN WOOLFORD, *ob. cit.*, p. 525. Este exemplo aparece, no entanto, igualmente num texto de Erica McClure como

Assim concebido, este modelo realça um aspecto também evidenciado pelo “equivalence constraint” de Shana Poplack, i.e., a facilidade com que a alternância intrafrásica se fará, quando os sistemas em contacto manifestam grandes afinidades estruturais entre si.

Pese embora o avanço que qualquer um destes modelos já proporcionou no conhecimento do funcionamento gramatical da alternância de códigos, não deixa de ser verdade que nem todos os casos registados de “code-switching” respeitam as restrições que, com base neles, têm sido ditadas. Assim, até ao momento, nenhum destes modelos foi bem sucedido na gigantesca empresa de descobrir restrições sintácticas com validade universal, pois estão constantemente a aparecer, nos trabalhos de investigação, exemplos que contrariam as regras já estabelecidas. Esta circunstância tem levado alguns investigadores a considerar mais profícua a formulação de restrições relativas a situações de contacto de línguas particulares, em vez de restrições universais, pois parece-lhes um pouco precoce, dado o estado embrionário dos estudos sintácticos sobre alternância de códigos, a tentativa de estabelecer generalizações com este alcance. Alguns, como Monica Heller, evidenciam bastante cepticismo em relação à viabilidade de um empreendimento com tal envergadura, chegando a afirmar que é improvável que uma gramática universal da alternância exista (1).

3.3. ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS E EMPRÉSTIMO LEXICAL: CONCLUSÃO

Definida, por um lado, a alternância de códigos e, por outro, a interferência lexical/empréstimo, resta-nos, agora, proceder à confrontação de um e outro conceito. Uma leitura superficial daquilo que ficou dito, quando observámos os fenómenos independentemente um do outro, indicaria que a tarefa a que, no momento, nos propomos é de fácil execução. Assim, poderíamos

fazendo parte do seu *corpus* de fala bilingue infantil. Cf. ERICA McCLURE, *ob. cit.*

(1) MONICA HELLER, *ob. cit.*, p. 11.

concluir, como tantos já o fizeram, que a distinção fundamental entre estes fenómenos se prende com as características formais de cada um: o *empréstimo* encontra-se integrado e adaptado às estruturas fónicas e morfológicas da língua de recepção; a *sequência alternada* mantém intacta a fisionomia formal do idioma a que pertence.

Esta distinção, idílica do ponto de vista teórico, não é, contudo, fácil de estabelecer na análise linguística do discurso bilingue. Na nossa discussão anterior, tivemos oportunidade de demonstrar que qualquer um dos fenómenos se reveste de uma grande complexidade formal e que as respectivas manifestações não são, de todo, homogêneas. Nesta medida, como vimos, um vocábulo emprestado pode conhecer diversos graus de integração na língua receptora, situação que não permite uma avaliação sempre segura do fenómeno. De igual modo, se as sequências mais extensas de código alternado são de identificação relativamente fácil, não se confundindo com outro tipo de mecanismos recorrentes em situações de contacto de línguas, o mesmo não se pode dizer de inúmeras sequências mais curtas compostas por uma palavra só. O nosso propósito, na presente secção, será realçar as situações, afloradas no decurso do nosso texto, em que a alternância e a importação parecem confluir.

Como já explicitámos, a grande dúvida que se coloca ao investigador na distinção entre os fenómenos que são objecto da nossa análise, prende-se, essencialmente, com as sequências curtas de estatuto ambíguo, compostas por uma palavra isolada. Veja-se, a título de exemplo, a forma atestada /swiçeár/, de "to switch" (1), resultante do contacto entre o inglês e o espanhol. Tratar-se-á de um caso de alternância de códigos ou de interferência lexical? Atendendo aos parâmetros defendidos por Einar Haugen para a definição de empréstimo, podemos afirmar que se trata de um

(1) Exemplo registado por ROGELIO REYES, *Independent Convergence in Chicano and New York City Puerto Rican Bilingualism*. In: *Latino Language and Communicative Behavior*. Edited by RICHARD P. DURÁN. Norwood (Ablex Publishing Corporation), 1984, p. 44. Este Autor interpreta todas as formas verbais do seu *corpus* com base lexical do inglês e morfema gramatical /eár/ como exemplos de empréstimo.

caso deste tipo, pois evidencia um processo de importação (do item lexical) e de substituição (fónica e morfológica). Aparentemente a dúvida estaria desfeita. No entanto, se tivermos presente que a alternância de códigos de tipo intrafrásico também inclui a situação em que há passagem de um código a outro no interior das fronteiras da palavra (1), esta nossa primeira conclusão já não parecerá tão segura.

Recordamos que, na hipótese de se tratar de um caso de alternância, ela terá de estar em conformidade com as restrições sintácticas que governam o fenómeno. Neste caso particular, teríamos de nos certificar se a sequência respeita o "free-morpheme constraint". Recordemos, pois, o que esta restrição estipula:

«a switch may not occur between a bound morpheme and a lexical form unless the lexical form has been phonologically integrated into the language of the morpheme» (2).

Se representássemos em esquema a situação de alternância permitida pela regra apresentada, obteríamos algo como:

Estrutura do vocábulo em que ocorre a alternância de códigos (L1 e L2)	
Forma lexical	Morfema preso
Origem: L1 + Integração fónica em L2	Origem: L2

Figura 6

(1) Cf. o que ficou dito na secção dedicada às restrições sintácticas da alternância de códigos.

(2) SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 115.

Ora, a forma que estamos a analisar e que já podemos classificar como um empréstimo, poderá, de acordo com os pressupostos aqui apresentados, ser também considerada um caso de alternância. Com efeito, trata-se de um vocábulo composto por uma forma lexical de origem inglesa, que se encontra adaptada à estrutura fónica do espanhol, e por um morfema gramatical de origem espanhola. Cumpre, deste modo, todos os requisitos para ser considerada uma sequência alternada.

É certo que poderíamos resolver a ambiguidade deste tipo de casos por meio da recusa, pura e simples, da possibilidade da alternância ocorrer dentro das fronteiras internas do vocábulo, premissa que nos conduziria à avaliação de /swiçear/ como um caso de empréstimo lexical. Todavia, mesmo esta solução não resolveria todas as outras situações de ambiguidade, como veremos já de seguida.

Tem-se sustentado que a integração fónica do vocábulo emprestado é o melhor critério para fazer distinguir este de um caso de alternância. Imagine-se, no entanto, uma situação em que o bilingue, tendo aprendido o segundo sistema linguístico de que faz uso (L2) numa idade tardia, revela, em relação à estrutura fónica deste, um domínio insuficiente. Neste caso, a actualização do sistema L2 manifestará sempre uma intensa interferência fónica, o que não possibilitará ao investigador distinguir entre um empréstimo fonicamente adaptado e uma sequência alternada sistematicamente marcada por interferências fónicas. O mesmo pode suceder nos casos em que os sistemas em contacto possuem estruturas fónicas com grandes espaços de intersecção em virtude do seu parentesco histórico. Para além de tudo isto, há ainda a considerar que um empréstimo, numa primeira fase de uso, em que possui apenas "nonce status", é frequentemente usado sem evidência de uma adaptação estrutural à língua receptora. Foi, aliás, esta circunstância que levou Einar Haugen a concluir que a identificação rigorosa de um empréstimo não é compatível com os métodos da análise linguística sincrónica, havendo sempre a necessidade de recorrer, para essa determinação, a dados diacrónicos (1).

(1) EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 105.

Ora, todas estas dificuldades têm conduzido alguns estudiosos a conclusões do seguinte teor:

«I would say that it is not possible to distinguish code-switching from borrowing at the level of the constituent or clause in all cases. It is only within a longer stretch of discourse that a pattern will emerge, and even then, such distinctions may not be defensible» (1).

Esta parece-nos uma posição aceitável e ponderada em virtude da inexistência actual de um conjunto de critérios de distinção seguros e inequívocos. O mais que se pode concluir, pelo que ficou exposto, é aquilo que salienta Penelope Gardner-Chloros:

«all in all, it would appear that the distinction between code-switching and loans is of a 'more-or-less' and not an absolute nature» (2).

Desta forma, teremos de visualizar os diferentes fenómenos que se manifestam no discurso bilingue como que formando um *continuum* em que uma extremidade é ocupada pelas situações de distinção máxima de códigos ("code-switching") e a outra pelas de distinção mínima (empréstimo/interferência lexical). Enquanto não se conhecer um desenvolvimento significativo na explicação do funcionamento gramatical da alternância de códigos, o que poderá vir a revelar critérios formais mais eficazes para a distinção procurada, teremos de aceitar os condicionalismos agora expostos e evidenciá-los com toda a clareza na análise linguística.

Coimbra.

CRISTINA MARTINS

(1) SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 137.

(2) PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Code-switching in Relation to Language Contact and Convergence*. In: *Devenir bilingue — parler bilingue. Actes du 2^o Colloque sur le Bilinguisme*, Université de Neuchâtel, 20-22 septembre 1984. Edité par GEORGE LÜDI. Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1987, p. 102.

Padrões, funções e principais factores determinantes da escolha de línguas e da alternância de códigos (1)

GUMPERZ (2)	SAVILLE-TROIKE (3)	VALDES-FALLIS (4)	GARDNER-CHLOROS
A. Citações	A. Atenuar ou reforçar um pedido ou ordem	I. <i>Padrões de alternância devidos a factores externos</i>	A. Competência do locutor
B. Especificação do interlocutor	B. Intensificação ou eliminação de ambiguidade (repetição)	A. Alternância situacional	B. Avaliação e percepção do interlocutor
C. Interjeições	C. Efeito humorístico / citação directa / imitação	B. Alternâncias contextuais	C. Características de uma dada conversa
D. Reiteração	D. Afirmação ideológica	C. Marcadores de identidade	D. Características da língua a ser usada
E. Qualificação da mensagem	E. Necessidade lexical	D. Nomes próprios	E. Razões profundas
F. Personalização vs. objectivização	F. Exclusão de interlocutores	E. Citações e paráfrases	(i) Características individuais
	G. Estratégia de fuga	II. <i>Alternância devida a factores internos</i>	(ii) Mudança linguística
	H. Estratégia de emenda	A. Alternância ao acaso de itens muito frequentes	(iii) Compromisso étnico
		B. Necessidade lexical	(iv) Comportamento social
		C. Alternâncias "triggered"	
		D. Formulações prévias	
		E. Marcação discursiva	
		F. Citações e paráfrases	
		G. Alternância metafórica	
		H. Alternância sequencial	
		I. Respostas associadas	

(1) In: PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Levels of Explanation in the Analysis of Code-switching(...)*, p. 95 e *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 180.

(2) In: *Discourse Strategies*. Cambridge (Cambridge University Press), 1982.

(3) In: *The Ethnography of Communication: an Introduction*. Oxford (Blackwell), 1982.

(4) In: *Code-switching among Bilingual Mexican-American Women: Towards an Understanding of Sex-related Language Alternation*. In: *The International Journal of the Sociology of Language*, n.º 17, 1977, p. 65-72.

RÉSUMÉ

Il s'agit d'un travail où la révision de la bibliographie scientifique la plus pertinente sur le bilinguisme est prioritaire. On part, justement, du concept de bilinguisme, dont la complexité est d'ailleurs soulignée, pour envisager, ensuite, les différents courants de la linguistique contemporaine qui se sont consacrés à l'étude de ce phénomène verbal. Du structuralisme à la grammaire générative, en passant par la sociolinguistique et la pragmatique, on passe en revue différents modèles théoriques et méthodologiques afin d'analyser leur contribution à l'explication du fonctionnement bilingue.

On envisage, enfin, trois manifestations verbales typiquement bilingues: l'interférence linguistique, le choix de langues ("language choice") et l'alternance de codes ("code-switching"). Outre l'explicitation des caractéristiques formelles qui soustendent ces différents types (processus non linéaire, comme on le verra), on essaye également de mettre en équation l'ensemble de paramètres socio-culturels et pragmatiques qui conditionnent l'occurrence de chaque type.